



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NAENTREM MANUEL OLIVEIRA SANCA

INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA DIPLOMÁTICA EM GUINÉ-BISSAU

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

NAENTREM MANUEL OLIVEIRA SANCA

INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA DIPLOMÁTICA EM GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S189i

Sanca, Naentrem Manuel Oliveira.

Inserção da mulher na carreira diplomática em Guiné-Bissau / Naentrem Manuel Oliveira
Sanca. - 2019.

51 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima.

1. Guiné-Bissau - Relações exteriores. 2. Mulheres diplomatas - Guiné-Bissau. 3. Mulheres
na política - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.209665

NAENTREM MANUEL OLIVEIRA SANCA

INSERÇÃO DA MULHER NA CARREIRA DIPLOMÁTICA EM GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data: 30/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

RESUMO

Quais os obstáculos que as mulheres guineenses enfrentam para ingressar na carreira diplomática e, posteriormente, na trajetória como diplomatas, no caso de haverem ingressado? A participação da mulher na esfera pública ainda continua invisibilizada na sociedade guineense, a ponto de determinadas estruturas de gênero que confinam a mulher ao espaço privado do doméstico persistirem. Entretanto, o Estado guineense reconhece, em seus compromissos internacionais, que a participação das mulheres nas esferas de poder político é importante para consolidação da democracia. Tal fato resulta da luta pela autonomia e igualdade de gênero, a qual vem superando alguns obstáculos impostos pelas estruturas patriarcais e provando que políticas de promoção de igualdade de gênero resultam em benefícios à sociedade de forma ampla. Mesmo em face de tais constatações, o mercado do trabalho guineense ignora a necessária inserção de mulheres em espaços de gestão e decisão públicos. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como principal objetivo compreender os obstáculos que determinam a fraca participação das mulheres na carreira diplomática guineense, seja no momento anterior ao ingresso, seja durante a carreira. Para tanto, foram realizadas entrevistas em profundidade com diplomatas mulheres guineenses que atuam hodiernamente na carreira.

Palavra-chave: Guiné-Bissau - Relações exteriores. Mulheres diplomatas - Guiné-Bissau. Mulheres na política - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

What obstacles do Guinean women face in entering their diplomatic careers and later in their career once they have joined? Women's participation in the public sphere is still invisible in Guinean society, to the extent that certain gender structures that confine women to the private space of the domestic persist. However, the Guinean State recognizes in its international commitments that the participation of women in the spheres of political power is important for the consolidation of democracy. This results from the struggles for autonomy and gender equality, which have managed to overcome some obstacles imposed by patriarchal structures, proving that public policies to promote gender equality generate broad benefits to society. Even in the face of such findings, the Guinean labor market ignores the necessary insertion of women in public management and decision-making spaces. In this context, this research aims to understand the obstacles that determine the poor participation of women in the Guinean diplomatic career, either prior to being admitted in the career or within it. In order to achieve this goal, in-depth interviews were conducted with Guinean women diplomats who work today as the diplomatic personnel of the Republic of Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau - Foreign relations. Women diplomats - Guinea-Bissau. Women in politics - Guinea-Bissau.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DEBATES FEMINISTAS EM GUINÉ-BISSAU	10
2.1	OS MOVIMENTOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO	10
2.2	O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA	13
2.3	MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTINENTE AFRICANO	16
2.3.1	Feminismo africano	19
2.4	FEMINISMO NA GUINÉ-BISSAU	21
3	CAPÍTULO 2: TEORIA POLÍTICA FEMINISTA E DEBATE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	25
3.1	PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA	27
3.2	INSERÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA	29
4	CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	34
4.1	UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DA DIPLOMACIA GUINEENSE	34
4.2	GERAÇÃO DE DADOS: ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	34
5	CAPÍTULO 4: AS DIPLOMATAS GUINEENSES POR ELAS MESMAS: OBSTÁCULOS ÀS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA	37
5.1	OBSTÁCULOS PRÉ-INGRESSO	37
5.2	OS OBSTÁCULOS NA CARREIRA	40
5.3	MULHERES NA DIPLOMACIA GUINEENSE: UM BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS	42
6	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a inserção da mulher guineense na carreira diplomática ressaltando as diferentes formas de exclusão da mulher na esfera pública, também denominada de espaço de poder político, social e econômico. Desde os primórdios, as mulheres são colocadas como responsáveis pelo espaço privado e homens como titulares de espaço público (BIROLI, 2017; OKIN, 2008; PATEMAN, 1989). De acordo com Okin (2008), a dicotomia público/doméstico continua sendo ambígua, vez que tange aos aprendizados das práticas e teorias patriarcais do passado, produzindo várias consequências para mulheres. A divisão de tarefas entre homens e mulheres é baseada na dicotomia entre espaço público e o espaço privado, na qual os homens são colocados como, especialmente, ligados às ocupações de esfera de vida econômica e política (ambas consideradas o espaço público) e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pela ocupação da esfera privada da domesticidade e produção (OKIN, 2008, pp. 307-308)

Neste sentido, parto da premissa de que as hierarquias de gênero estruturam todas as sociedades do mundo. Esta hierarquização da sociedade com base no gênero afeta as mulheres em todos os ângulos da vida. Persiste a visão de que as mulheres são incapazes de resolver problemas, e que, portanto, não são dignas de adentrar a esfera pública porque seriam impróprias a ela. No entanto, os movimentos feministas vêm combatendo este mito que subordina e explora as mulheres por muitos séculos (GARCIA, 2011). A perspectiva de gênero é crítica da construção social que coloca mulheres e homens em posições desiguais, ou seja, que dão poder aos homens e colocam as mulheres na posição de subordinação. É contra a hierarquia social entre mulheres e homens que os movimentos feministas travam suas lutas.

Nessa concepção, segundo Izadora Xavier Monte (2010), o gênero surgiu como necessidade de oferecer significado social à assimetria entre mulheres e homens. Monte (2010, p.10) afirma que os indivíduos foram transformados em “naturalmente” diferentes, distintos por expressão intrínseca de sua biologia, e não pelos significados sociais. Nesse contexto, as teorias feministas as diversas manifestações das assimetrias de gênero, ressaltando que a existência de direitos formalmente iguais não é suficiente para situar os indivíduos igualmente no sentido de respeito às possibilidades efetivas de autodeterminação (BIROLI, 2013). As relações de poder são expressas em formas legitimadas de autoridade, estabelecendo expectativas sociais relativas aos papéis que mulheres e homens desempenhariam nas diferentes esferas sociais.

É nesse sentido que se compreende o problema de pesquisa posto neste trabalho. A participação da mulher na esfera pública ainda continua invisibilizada na sociedade, que

prossegue limitando a mulher ao espaço privado. Ainda que a luta pela autonomia e igualdade de gênero venha superando alguns obstáculos impostos pelas estruturas patriarcais e provando que políticas de promoção de igualdade de gênero resultam em benefícios à sociedade de forma ampla, o Estado guineense ignora a necessidade da inserção em espaços de gestão e decisão públicas. A participação das mulheres nas esferas de poder político é reconhecida, conforme documentos de declarações internacionais, como algo importante para consolidação da democracia.¹ De acordo com Viotti (1995, p.152), “a igualdade de direitos, de oportunidades e promoções aos recursos, a divisão equitativa das responsabilidades familiares e a parceria entoadada entre mulheres e homens são fundamentais ao seu bem-estar e ao de suas famílias, bem como para a concretização da democracia”.

Considerando este contexto, o presente trabalho visa a compreender a inserção da mulher na carreira diplomática na Guiné Bissau. Parto da seguinte pergunta de pesquisa: quais os obstáculos que as mulheres guineenses enfrentam para ingressar na carreira diplomática e, posteriormente, na trajetória como diplomatas, no caso de haverem ingressado? O objetivo consiste em compreender os obstáculos à participação das mulheres na carreira diplomática guineense e, para tanto, recorre a entrevistas em profundidade com diplomatas mulheres guineenses que ingressaram na carreira. Essa abordagem qualitativa se faz necessária pelo fato de que as experiências pessoais destas mulheres revelam padrões de exclusão com base no gênero.

Nesse sentido, o texto está estruturado nos seguintes capítulos. O primeiro oferece uma contextualização das desigualdades de gênero em Guiné Bissau, orientando-se principalmente para as desigualdades nos espaços políticos. No segundo capítulo, discuto as contribuições das teorias políticas feministas para o enquadramento do problema de pesquisa referido anteriormente. Em seguida, no terceiro capítulo, detalho a metodologia utilizada nesta pesquisa. No quarto capítulo, apresento os resultados das entrevistas e os discuto à luz dos debates teóricos. Finalmente, encerro o texto com considerações finais acerca das desigualdades na carreira diplomática das mulheres guineenses e suas implicações para a construção de uma sociedade menos desigual.

¹ Mencione aqui que o gênero e a promoção de igualdade é um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável; que o Protocolo de Maputo reconhece os direitos das mulheres e a necessidade de promover igualdade de gênero; que as Conferências Mundiais sobre a Mulher foram fundamentais para a definição dos marcos que hoje consideramos essenciais no debate de justiça de gênero.

2 CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DEBATES FEMINISTAS EM GUINÉ-BISSAU

Para compreendermos como surgiu a necessidade da luta das mulheres contra a sociedade patriarcal que as oprime e subordina ao espaço doméstico, faz-se necessário na primeira seção deste capítulo discutir o conceito de gênero e suas agendas, tecendo um breve histórico do feminismo, desde a primeira onda até a terceira onda dos movimentos feministas. Na segunda seção, abordo a história dos movimentos das mulheres no continente africano, para, assim, analisar a organização das mulheres antes da chegada dos europeus; o movimento das mulheres durante a luta pela libertação do continente e finalmente analisar o movimento das mulheres após as independências. Finalmente, na terceira seção, aponto os debates e as ações feministas em Guiné-Bissau.

2.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO

De acordo com Garcia (2011), as mulheres individualmente ou coletivamente sempre questionaram e criticaram o destino injusto e, várias das vezes, amargo que o patriarcado lhes impôs e lutam pelos seus direitos por uma sociedade mais justa. Esse posicionamento é a raiz da ação e da luta feministas. Seguindo esse raciocínio, Garcia define o feminismo como:

(...) a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. (GARCIA, 2011, p. 13).

Desse modo, o feminismo se movimenta como uma filosofia política e como movimento social. Observamos que existem várias correntes feministas, mas que têm como principal objetivo em comum lutar contra o sistema patriarcal e libertar as mulheres de todas as prisões do mesmo sistema (BIROLI, 2017; HAWKESWORTH; DISCH, 2018). Podemos afirmar que o que diferencia uma corrente da outra é o pensamento político e suas formas de articulação ou posicionamento perante o sistema patriarcal. Para Garcia (2011, p. 14) “o feminismo é uma

consciência crítica que ressalta as tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal”.

Para Pinto (2010), na história ocidental sempre houve mulheres que lutaram contra o sistema patriarcal e que várias vezes tiveram que pagar pelas suas vidas. Salienta-se que a Igreja Católica teve um papel implacável com qualquer mulher que transgredisse as doutrinas por ela pregadas como dogmas insofismáveis. Porém, na cronologia de movimentos feministas², a primeira onda de feministas surgiu no final do século XIX, quando um grupo de mulheres em Inglaterra criou um movimento para lutar por seus direitos. Neste primeiro momento, a primeira onda tinha como objetivo ter direito ao voto. Essas feministas, portanto, ficaram conhecidas como Sufragetes, organizaram várias manifestações em Londres, muitas delas foram presas, fizeram greve de fome e outros tipos de manifestações. Em 1918, elas finalmente conquistaram o direito ao voto no Reino Unido (PINTO, 2010, p. 15).

A segunda onda feminista é continuação da primeira onda, que se enfraqueceu nas décadas de 1930, reaparecendo somente 30 anos mais tarde nos anos de 1960. Enquanto que na primeira onda as mulheres estavam preocupadas em conquistar os direitos políticos (nomeadamente, o direito ao voto), na segunda onda feminista as mulheres estavam preocupadas principalmente com a liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p. 17). É nesta fase que se reconhece a terminologia do “gênero” e que o “pessoal é político” (“the personal is political”) (ZERILLI, 2006, p. 109). Sendo assim, as mulheres estavam lutando para o fim da hierarquia e em favor da igualdade entre os sexos. Garcia sintetiza o objetivo desta onda:

O horizonte ético-político do feminismo do período foi o igualitarismo entre os sexos e o da emancipação jurídica e econômica da mulher. A tendência igualitária predominou tanto na versão burguesa quanto na socialista (esta última mais atenta às condições de igualdade social e econômica do que política e civil), mas também existiram correntes que privilegiaram formas de luta e organização específicas e autônomas das mulheres (GARCIA, 2011, p. 52).

Compreende-se que no trecho acima citado, que ao logo de tempo, as agendas de pautas feministas mudaram, mas sempre na mesma linha de pensamento, que é de atingir a equidade de gênero entre os sexos. Porém, o movimento estava crescendo e atingindo mulheres de diferentes classes sociais e princípios ideológicos, como as proletárias e burguesas, que participavam da política particularmente por meio (e para) das “questões femininas”.

² As ondas feministas são a forma tradicional de se explicar o surgimento e o desenvolvimento do feminismo contemporâneo. Para formas alternativas, ver Hawkesworth e Disch (2018).

Finalmente, nos anos 1990, ocorreu a terceira onda, com a finalidade de corrigir algumas lacunas deixadas pela segunda onda do feminismo, aprofundando os debates do movimento principalmente por meio das políticas identitárias (ZERILLI, 2006). No período depois da Primeira Guerra Mundial e antes da Segunda Guerra Mundial, o movimento feminista sofreu profundos abalos. Neste momento, a Europa se converteu em palco de conflitos e por outro lado as mulheres já tinha direito a voto, então o apresenta em baixo neste momento é marcado como o fim da segunda onda:

O período entreguerras está marcado pela decadência dos movimentos feministas. Muitas de suas demandas haviam sido satisfeitas, viviam em uma sociedade legalmente quase igualitária e muitas mulheres abandonaram a militância. Outras continuaram trabalhando, fundamentalmente, com os problemas econômicos e nas reformas das leis sobre a infância e a maternidade. De fato, as feministas não puderam competir com os partidos políticos institucionalizados. Além disso, com o triunfo da revolução bolchevique o “medo vermelho” se estendeu entre as classes médias de muitos países e as feministas se viram afetadas, acusadas de subversivas. Deve-se somar a isso o fato de que a taxa de natalidade estava caindo desde o começo do século XX e, nos países industrializados, se culpou a independência cada vez maior das mulheres. Acusavam as feministas de destruir os cimentos da nação e da família. O fato é que deram o feminismo como morto. A segunda onda estava concluída. (GARCIA, 2011, p. 78-9)

A obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949)³, surgiu como renascimento do movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos. A obra tem como objetivo refletir sobre o que é ser “Mulher”, servindo de fundação teórico- filosófica para o movimento feminista da terceira onda (GARCIA. 2011)

Apesar dos avanços dos movimentos feministas, lacunas persistiam no que tange a seu diálogo com outras clivagens sociais para além do gênero. Ao inserir a clivagem da raça no feminismo, por exemplo, as feministas negras contestavam a universalização da luta, visto que as pautas só se referiam aos problemas das mulheres brancas de classe média. Entretanto, as mulheres negras começaram a se movimentar para revelar as suas experiências vividas de opressão por serem mulheres e por serem negras, salientado que a mulher negra sofre opressão pelo homem branco, pelo homem negro e pela mulher branca (RIBEIRO, 2017). Ademais, a mulher negra se encontra em camada mais pobre da sociedade, o que em si incide em

³ A obra de Beauvoir é pioneira nos debates sobre o significado do que é ser mulher, algo que seria discutido com maior profundidade apenas nos anos 1990. Por tal razão, há uma dificuldade por parte da história teórica do feminismo em encaixar a autora como representante da terceira onda (GARCIA, 2011). Zerilli (2006), por exemplo, encaixa Beauvoir dentre os debates da segunda onda, nomeadamente pelo aspecto de considerar a experiência comum das mulheres, entendidas como um “nós”. De todo modo, sua obra indica temáticas que seriam posteriormente aprofundadas nos debates sobre identidades.

circunstâncias de vida distintas, que tendem a ser invisibilizadas na unificação das agendas do feminismo mainstream (BALLESTRIN, 2017; MATOS, 2010).⁴

Portanto, as agendas de movimento feministas sofrem várias modificações ao longo desse processo de emancipação e em busca de uma equidade de gênero e contra todos os tipos de discriminação entre os sexos. As ondas, apesar de algumas falhas, sempre tiveram seu foco na mulher. Rabay e Carvalho sintetizam esta ideia:

Diversos estudos sobre a história do movimento feminista nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma seqüência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, assim como no mundo ocidental, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970 entre nós e na década de 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos anos 1990, evidencia “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras. (RABAY, CARVALHO, 2011, p. 86)

2.2 O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Já a partir da segunda onda do feminismo, os movimentos e teorias feministas passam a utilizar o termo gênero para examinar como as identidades sociais são construídas. Tendo como base de análise a relação de poder entre homem e mulher, o gênero é uma categoria ou ferramenta teórica usada pelas estudiosas feministas para entender ou compreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres (BIROLI, 2017; OKIN, 2011; PATEMAN, 1989). Ademais, as teorias políticas feministas, bem como as análises empíricas das desigualdades de gênero, apontam que as atribuições das características ou rótulos atribuídos às mulheres são recorrentes em diferentes culturas do mundo (BALLESTRIN, 2017; MATOS, 2010).

De acordo com a historiadora Joan Scott (1989), o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto o gênero é uma categoria mais fluida que se refere aos papéis sociais atribuídos aos sexos. Assim, o sexo de um indivíduo é determinado biologicamente com o qual o indivíduo nasce, enquanto gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Portanto, o sexo não se escolhe e nem é dado, enquanto que o gênero é culturalmente construído⁵. Em outras palavras quando falamos de construção social, estamos

⁴ A ascensão dos debates anti-coloniais às Ciências Sociais adentraram nos debates feministas, culminando em diversos estudos que interseccionam o gênero, a raça e os efeitos da colonização. Para maiores detalhes, ver Ballestrin (2017) e Mendoza (2018).

⁵ Na verdade, o sexo também é uma construção social. Como aponta Appiah (2018), há um entendimento do sexo masculino e feminino definido pelo binarismo de gênero. Porém, esse binarismo serve para normalizar as

nos referindo a tudo aquilo feito pelo homem/mulher. Neste sentido, o natural ou o biológico que se refere ao sexo viria da natureza humana, não havendo sido criado pelo homem/mulher.

O núcleo principal de conceito de gênero para Scott (1989) consiste entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre sexos. Sendo assim, o gênero implica-se em quatro elementos relacionados entre si: em primeiro lugar, refere-se aos símbolos culturais disponíveis, nos quais as representações simbólicas são nomeadas de formas diferentes e em contextos distintos. O clássico exemplo referenciado pela Igreja Católica relaciona-se às figuras de Eva e Maria, tidas como símbolos da mulher, ressaltando que essa simbologia é uma construção de origem europeia, mas que pode ser encontrada em várias outras sociedades não-europeias, e que foram forçadas a adquirir essas simbologias por conta do processo de colonização.

Em segundo lugar, o conceito de normatividade que explica os significados dos símbolos, que tentam conter suas possibilidades metafóricas. Em terceiro lugar, a inclusão de percepção de política como uma referência às instituições e organizações sociais. E, por último, o aspecto do gênero dado pela identidade subjetiva. Portanto, hoje em dia este conceito é utilizado como principal ferramenta para questionar o poder político com intuito de analisar a relação de poder entre homem/mulher (BIROLI, 2017; SCOTT, 1998, p. 23-24).

Por estes moldes compreendemos que o conceito de gênero é problemático e complexo, tendo em conta as diferentes percepções em torno da temática. Judith Butler (2003), por exemplo, questiona se, de fato, o gênero é culturalmente construído independentemente do sexo, e, em caso afirmativo, qual o mecanismo que leva a sua aquisição. Na visão desta autora, a ausência de um mecanismo operante entre sexo e gênero faz com que o gênero não seja nem o resultado causal do sexo, muito menos estático do e como o sexo. Portanto, a unidade do sujeito já é potencialmente contradita pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo, ou seja, como percebemos que o gênero é uma construção social, também podemos concluir que o sexo é uma construção social. Nesse sentido, não podemos ignorar que ambos são a base dos problemas de desigualdade entre homens e mulheres. A partir do momento que denominamos sexo masculino e feminino estamos a criar uma construção social.

Ainda segundo Butler (2003), se o sexo é uma construção sociocultural, não tem lógica a definição do gênero como explicação cultural do sexo. Portanto, o gênero não pode ser

categorias de gênero que reconhecemos como masculino e feminino, ignorando as variações cromossômicas que podem gerar indivíduos intersexo ou de outras modalidades sexuais. Para mais detalhes, ver Appiah (2018, capítulo 1).

limitado como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. Neste sentido, o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza. Ambos são ferramentas discursivas/culturais pelas quais “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido anterior à cultura. Nesse contexto, Butler questiona sobre as afirmações feitas em termos de gênero:

Haverá “um” gênero que as pessoas possuem conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa, como implica a pergunta “Qual é o seu gênero?” Quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? Porventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? Como e onde ocorre a construção do gênero? Que juízo podemos fazer de uma construção que não pode presumir um construtor humano anterior a ela mesma? Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

Entende-se que a problematização Butler se configura em definir um novo conceito de gênero, porque, para autora, o sexo também é uma construção social e cultural. Por outro lado, Butler critica a ideia de identidade como algo que tem início e fim, assim alertando aos movimentos feministas sobre a identidade: para ela não existe só uma identidade de mulher, mas sim múltiplas identidades. Salienta-se, ainda, que Butler questiona a universalização das identidades das mulheres, visto que existem mulheres negras, de países periféricos, de diferentes classes sociais e pertencentes a diferentes etnias que negociam suas identidades de mulher frente às diversas clivagens que se interseccionam com o ser mulher.

Para Oyěwùmí (1997), o conceito que designa o gênero como socialmente construído estabelece que as assimetrias entre masculino e feminino estão situadas em práticas sociais, e não em fatos biológicos. É nesse sentido que se situa a importância do conceito de gênero que animou a pesquisa feminista da segunda onda. Neste sentido, considera-se que este entendimento é revolucionário em uma sociedade em que a diferença de gênero sempre foi observada como natural e biologicamente determinada. De acordo com Oyěwùmí (1997), se as categorias sociais como gênero são construídas, as novas biologias da assimetria, por mecanismo análogo, também podem ser inventadas. Entretanto, as explicações biológicas são tomadas como convincentes, de modo que as categorias sociais extraem sua legitimidade e

poder da biologia. Por outro lado, são tomadas como universais, ou seja, que podem ser encontradas em toda as sociedades e culturas do mundo, como sugere a autora:

No entanto, a ideia de que o gênero é socialmente construído é significativa desde uma perspectiva transcultural. Em um dos primeiros textos feministas a afirmarem a tese construcionista e sua necessidade de fundamentação transcultural, Suzanne J. Kessler e Wendy McKenna escreveram que “ao considerar o gênero como uma construção social, é possível ver descrições de outras culturas como evidência de concepções alternativas, mas igualmente reais, do que significa ser mulher ou homem”. Contudo, paradoxalmente, uma suposição fundamental da teoria feminista é que a subordinação das mulheres é universal. Essas duas ideias são contraditórias. A universalidade atribuída à assimetria de gênero sugere uma base biológica no lugar de cultural, uma vez que a anatomia humana é universal, enquanto que as culturas falam por meio de uma miríade de vozes. Que o gênero seja socialmente construído significa que os critérios que compõem as categorias masculinas e femininas variam em diferentes culturas. Se isto é assim, então se desafia a noção de que existe um imperativo biológico em funcionamento. Então, deste ponto de vista, as categorias de gênero são mutáveis e, como tal, o gênero é desnaturalizado. (OO, 1997, p. 14)

Percebe-se, com o trecho acima citado, que a autora está propondo uma reflexão sobre o problema de universalização imposta na diferença de gênero que se coloca como natural no escopo da cultura. Porém em nem todas as sociedades essas divisões são encontradas, como em vários povos africanos não existe a divisão de masculino e feminino tal como entendida no Ocidente. Uma das críticas antropológicas que Oyewumi precisou enfrentar é que a inexistência de termos de gênero como macho e fêmea não significa que inexistem papéis que entendemos como de gênero nas sociedades africanas (BALLESTRIN, 2017).

2.3 MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTINENTE AFRICANO

Nesta seção, contextualizarei o movimento das mulheres no continente africano. Destarte, apresento brevemente o conceito de movimento sociais. Para Melucci (1989), os movimentos sociais são organizações de grupos minoritários que realizam as atividades em prol de mudanças sociais, assim contestando as injustiças de poder da maioria e contra as doutrinas impostas pelos grupos no poder. Nesse sentido, os movimentos sociais são de extrema importância na mudança de paradigma de uma sociedade.

No que tange aos movimentos feministas africanos, Cassimiro (1989, p. 75-76) observou que os mesmos emergiram historicamente de quatro frentes:

- A. Movimento endógeno de mulheres, que teria caracterizado grande parte das sociedades africanas;

- B. Da resistência anti-colonial;
- C. Produto direto do movimento de libertação nacional, nos quais as mulheres lutaram lado-a-lado dos homens para libertação do continente, assim desafiando os papéis tradicionais de donas de casa e responsável pelos filhos.
- D. Como resultado dos grupos de mulheres profissionais e outras que seguiram vida acadêmica no continente e no estrangeiro. Estas seriam mulheres independentes do ponto de vista econômico e que foram ganhando visibilidade pela sua participação em organizações nacionais e internacionais.

De acordo com Amadiume (1997), os movimentos tradicionais de mulheres no continente são organizações autônomas, com uma estrutura ou sistema de autocontrole, sendo que as suas histórias resultam de experiências de resistência contra processos que levam a uma perda desta tradição, ou seja, as grandes comunidades africanas ou movimento de mulheres nunca quiseram fazer parte de um sistema estatal. Para este movimento, o Estado tal como se entende hodiernamente envolve um outro conceito de poder diferente de conceitos africanos. Por esta razão, os movimentos de mulheres simplesmente procuraram conservar e defender as suas autonomias. (AMADIUME, 1997, p. 109).

Sendo assim, os movimentos de mulheres africanas tinham uma percepção de gênero e do sistema político africano diferente do conceito europeu, como argumenta antropóloga Amadiume:

Ao tentar distinguir o sistema político tradicional africano do sistema ocidental, Kamene Okonjo (1976) usou o conceito de sistema 'duplo sexo' para caracterizar o sistema africano, usando o exemplo do 'Igbo'. Ela descreveu o sistema europeu como "sexo único". De acordo com Okonjo, nos sistemas de "duplo sexo", "cada sexo gerencia seus próprios negócios, e os interesses das mulheres estão representados em todos os níveis". Em contraste, no sistema europeu de 'sexo único', "os papéis políticos são predominantemente de preservação dos homens... as mulheres podem alcançar distinção e reconhecimento apenas assumindo os papéis dos homens na vida pública e realizando-os bem (AMADIUME. 1997, p. 110).⁶

Compreendo que as mulheres em algumas sociedades africanas exerciam os mesmos papéis que os homens, no campo político, social e econômico, e eram tratadas de forma igual

⁶ In trying to distinguish traditional African political system from Western systems, Kamene Okonjo- (1976) had used the concept of a 'dual-sex' system to characterize the African system, using the Igbo example. She described the European system as 'single-sex'. According to Okonjo, in the 'dual-sex' systems, 'each sex manages its own affairs, and women's interests are represented at all levels'. In contrast, in the European 'single-sex' system, 'political status bearing roles are predominantly the preserve of men . . . women can achieve distinction and recognition only by taking on the roles of men in public life and performing them well' (Tradução própria)

com os homens, como vimos na na citação acima, ao contrário do sistema político europeu, em que os papéis políticos eram reservados para os homens. Para sustentar esse ponto, Amadiume escreve:

Essa importância política histórica e a autonomia das organizações de mulheres africanas também foram confirmadas pela pesquisa geral de Annie Lebeuf (1963) sobre o papel das mulheres na organização política das sociedades africanas, particularmente sua participação prática nos assuntos públicos. Como Okonjo, Lebeuf saw participação pública das mulheres como o fator diferencial entre os sistemas políticos africanos e os sistemas de estado europeus. Seu levantamento histórico cobriu o domínio de rainhas e rainhas entre os Lovedu, os Swazi e os Lunda na região da África Austral.

Na África Ocidental, sistemas semelhantes de domínio feminino e compartilhamento de poder com homens são registrados a partir do Bamileke dos Camarões, o Chamb-a de Benue no norte da Nigéria, e os Ashanti de Gana. Na Nigéria muçulmana e no Chade, a mesma prática foi obtida entre os Nupe, os Bolewa (um povo Kanuri), os Kotoko do delta dos Chari e os Bagrimi. Era o mesmo entre as sociedades da África Oriental, como os Bemba do nordeste do Zimbábue, os Bushongo do Kasai e os Loango, os Kitara, os Anko le e os Bateke. Além disso, os relatos de David Sweetman (1984) e Ivan Van Sertima (1984) de mulheres líderes, rainhas e imperatrizes muito importantes e poderosas da história africana remontam à antiguidade, abrangendo os antigos impérios, incluindo Núbia, Etiópia e Egito. Essas eram mulheres que governavam nos sistemas políticos centralizados que estavam em complexas relações econômicas e sociais com outros sistemas políticos africanos descentralizados em nível comunitário ou dentro das mesmas regiões. Essas relações envolveriam algumas contradições e, portanto, conflitos devido à dependência econômica histórica dos sistemas centralizados nas comunidades ou nas pessoas (AMADIUME. 1997, p. 110).⁷

Portanto, a liderança feminina não se configura na centralidade do sistema, mas se desdobrava em todos os níveis de comunidade, desde níveis de organização formal e informal das mulheres. Neste sentido, as comunidades africanas tinham organizações de mulheres que se ocupavam de trabalho agrícola, comércio, mercados, cultura, política e economia. (AMADIUME. 1997, p. 111).

⁷ This historical political importance and autonomy of African women's organizations was also confirmed by Annie Lebeuf's (1963) general survey of the role of women in the political organization of African societies, particularly their practical participation in public affairs. Like Okonjo, Lebeuf saw public participation of women as the distinguishing factor between African political systems and European state systems. Her historical survey covered the rule of queens and queen mothers among the Lovedu, the Swazi and the Lunda in the southern African region. In West Africa, similar systems of female rule and power sharing with men are recorded from the Bamileke of Cameroon, the Chamb-a of Benue in Northern Nigeria, and the Ashanti of Ghana. In Muslim Nigeria and Chad the same practice obtained among the Nupe, the Bolewa (a Kanuri people), the Kotoko of the Chari delta and the Bagrimi. It was the same among East African societies such as the Bemba of northeastern Zimbabwe, the Bushongo of the Kasai and the Loango, the Kitara, Anko le and the Bateke. Furthermore, David Sweetman's (1984) and Ivan Van Sertima's (1984) accounts of very prominent and powerful women leaders, queens and empresses in African history go back into antiquity, covering the ancient empires including Nubia, Ethiopia and Egypt. These were ruling women in the centralized political systems which were in complex economic and social relations with other decentralized -African political systems at the community level or within the same regions. These relationships would involve some contradictions and, therefore, conflict due to the historical economic dependence of centralized systems on the communities or the people.

2.3.1 Feminismo africano

Falar do feminismo africano é problemático, uma vez que as mulheres africanas não cunharam o nome “feminismo”. Diversas mulheres não se identificam com o termo, porque entendem que sua raiz ocidental não dialoga com as mulheres africanas. De todo modo, percebe-se que as mulheres africanas sempre foram feministas, muito embora não se denominassem como tais, como mostra Salami no trecho a seguir:

Há muitos anos que defendo que o feminismo é africano, que sempre existiu na África, e que muitas mulheres africanas que admiramos e respeitamos são/eram feministas. Então é legítimo que queira saber, qual é exactamente a história do feminismo africano? Começemos então...

Enquanto a palavra "feminismo" é certamente uma importação (como todas as palavras em inglês), o conceito de oposição patriarcal, isto é, a *raison d'être* do feminismo, não é algo novo ou estranho no nosso continente. África tem algumas das civilizações mais antigas do mundo, por isso, embora nem sempre o chamassem de feminismo (o substantivo) até onde podemos rastrear sabemos que haviam mulheres que eram feministas (o adjetivo) e que encontraram maneiras de se opor ao patriarcado. Portanto, o feminismo é uma parte importante da história das mulheres africanas. (SALAMI, 2013, p.2)

Portanto, evidencia-se que as mulheres africanas, na medida que lutaram junto aos homens para libertar o continente do jugo colonial, formaram um movimento próprio, com importantes consequências para o conjunto do feminismo dito africano. Como aponta Salami:

As lutas de libertação dos países africanos também serviram como bases de formação do feminismo africano, especialmente as da Argélia, Moçambique, Guiné, Angola e Quênia, onde as mulheres lutaram juntamente com os seus homólogos masculinos pela autonomia estatal e pelos direitos das mulheres. Os ícones feministas africanos deste período são mulheres como a rebelde Mau-Mau Wambui Otieno, as lutadoras da liberdade Lilian Ngoyi, Albertina Sisulu, Margaret Ekpo e Funmilayo Anikupalo-Kiti entre muitas outras que lutaram não só contra o colonialismo, mas também o patriarcado (SALAMI, 2013, p. 3).

Nesse contexto, o movimento feminista africano realizou um fórum entre 15 e 19 de novembro de 2006 em Acra, Gana, com o objetivo de criar um movimento de emancipação das mulheres africanas em todos sentidos. Participaram mais de 100 ativistas feministas de todos países africanos e da diáspora. O resultado mais importante do fórum foi a criação da Carta de Princípios Feministas, que serve como um guia para o movimento feminista africano. Nela, nota-se que as mulheres africanas têm consciência das especificidades da luta e a importância do seu movimento, como se evidencia logo no trecho a seguir:

Nós nos definimos e identificamos publicamente como feministas porque celebramos as nossas identidades e políticas feministas. Reconhecemos que o trabalho de lutar pelos direitos das mulheres é profundamente político e o processo de identificação é igualmente político. Ao escolhermos ser chamadas de Feministas colocamo-nos em uma posição ideológica clara. Ao nos chamarmos Feministas politizamos a luta pelos direitos das mulheres, questionamos a legitimidade das estruturas que mantêm as mulheres subjugadas, e desenvolvemos ferramentas para análise e ação transformadoras. Enquanto feministas africanas, temos identidades múltiplas e variadas. Somos mulheres africanas - vivemos aqui em África e mesmo quando vivemos em outro lugar, o nosso foco é sobre a vida das mulheres africanas no continente. A nossa identidade Feminista não se qualifica com “se”, “mas” ou “porém”. Somos feministas. Ponto. (CARTA DE PRINCÍPIOS FEMINISTAS, 2007, p.3)

O movimento feminista africano compreende que o patriarcado como um sistema de dominação masculina, que por sua vez, não é estático ou fixo, mas que ao longo dos anos muda de face conforme a sociedade, a classe e a raça. Por isso é considerado de extrema urgência lutar contra esse sistema opressivo, como aponta a carta:

Enquanto feministas africanas, a nossa compreensão do feminismo coloca as estruturas e sistemas patriarcais de relação social, que estão incorporados em outras estruturas opressivas e exploradoras, no centro da nossa análise. O patriarcado é um sistema de autoridade masculina que legitima a opressão das mulheres através de instituições políticas, legais, económicas, culturais, religiosas e militares. O acesso e controlo dos homens sobre os recursos e recompensas dentro da esfera privada e pública ganha a sua legitimidade na ideologia patriarcal de dominação masculina. O patriarcado varia no tempo e no espaço, o que significa que ele também muda ao longo do tempo, e varia de acordo com a classe, raça, bem como com as relações e estruturas étnicas, religiosas e globais. Além disso, na atual conjuntura, o patriarcado não só muda de acordo com esses fatores, mas está inter-relacionado com e determina as relações de classe, raça, etnia, religião, e imperialismo mundial. Assim, para desafiar o patriarcado de forma eficaz, também é necessário desafiar os outros sistemas de opressão e exploração, que frequentemente se apoiam mutuamente. (CARTA DE PRINCÍPIOS FEMINISTAS, 2007, p.4)

No entanto, as feministas africanas entendem as mulheres africanas não só sofrem com os problemas ligados ao gênero, mas também os conflitos de colonialismo e o neocolonialismo. Nesse sentido, sua opressão é dupla: opressão colonial e opressão patriarcal. Sendo assim, o movimento de feministas africanas luta para que as mulheres possam ser livres dessas duas formas de opressão:

As nossas lutas atuais enquanto feministas africanas estão intrinsecamente ligadas ao passado do nosso continente – contextos pré-coloniais diversos, escravidão, colonização, lutas de libertação, neocolonialismo, globalização, etc. Os Estados Africanos modernos foram construídos nas costas das feministas africanas que lutaram ao lado dos homens para a libertação do continente. À medida que criamos novos Estados Africanos neste novo milénio, também criamos novas identidades para as mulheres africanas, identidades como cidadãs plenas, livres da opressão patriarcal, com direitos de acesso, propriedade e controlo sobre os recursos e os nossos próprios corpos, e utilizando aspetos positivos das nossas culturas de forma libertadora e

construtiva. Também reconhecemos que as nossas histórias pré- coloniais, coloniais e pós-coloniais exigem medidas especiais a serem tomadas em favor de determinadas mulheres africanas em diferentes contextos. (CARTA DE PRINCÍPIOS FEMINISTAS, 2007, p.5).

2.4 FEMINISMO NA GUINÉ-BISSAU

Como venho apresentando, o feminismo pode ser compreendido como sendo o conjunto de movimentos de luta contra sistema patriarcal e as diversas opressões sofridas pelas mulheres (HOOKS, 2015). Portanto, essa luta pode ser abraçada por qualquer ser humano que acredita que a desigualdade de gênero é um problema social e que precisa ser combatida (ADICHIE, 2015, p. 14). Sendo assim, ela pode ser compreendida de acordo com o tempo e espaço. Nos países africanos, e de maneira específica na Guiné-Bissau, as lutas feministas foram desenvolvidas tanto pelas mulheres alfabetizadas assim como pelas que estão fora da academia. Essa diferença foi por conta da desastrosa colonização, que obrigou as mulheres guineenses e assim como do resto das colônias portuguesas a enfrentarem duas lutas: uma foi contra a opressão colonial e a segunda foi contra a opressão sexista. Por conta dessas particularidades, não podemos pensar o feminismo africano a partir das realidades do ocidente, sabendo que os problemas de gênero dependem da situação social, política, econômica e cultural de cada país (OYEWUMI, 2017).

Pelas razões já citadas, a luta das mulheres no ocidente foi reconhecida muito mais cedo do que das mulheres africanas, devido à predominância das idéias eurocêntricas (BALLESTRIN, 2017; MATOS, 2010). Tudo indicava que a luta das mulheres ocidentais era para combater todas AS opressões sofridas pelas mulheres do mundo, mesmo sabendo que os problemas de gênero dependem do contexto social. Essa luta merece alto reconhecimento, mas não representava as lutas de todas as mulheres, de maneira particular, as mulheres guineenses. Isso pode ser compreendido com o grande acontecimento dos anos de 1975, contexto no qual as feministas ocidentais tinham três eixos delineados: a igualdade, o desenvolvimento e a paz. Nessa época, as feministas guineenses estavam a viver a primeira fase da independência, exigindo a igualdade jurídica, o que não era mais um problema para uma parcela significativa das mulheres do Ocidente. Para além disso, a maioria das mulheres que participaram da luta eram das zonas rurais e com baixo nível de escolaridade. Tal especificidade contextual pode ser considerada um dos fatores primordiais da fraca participação das mulheres nos centros de tomada de decisão política para a reconstrução do país (FIGUEIREDO; GOMES; 2016, p. 216).

Nesse sentido, o debate sobre a luta das mulheres em Guiné Bissau perpassa, necessariamente, a luta pela independência do país. No contexto desse processo, as mulheres adentraram o conflito a partir da criação da União Democrática das Mulheres (UDEMU) em 1961, em Guiné-Conacri. De forma inconsciente, a luta acontece a partir da resistência das mulheres analfabetas contra diversos obstáculos e restrições impostas por uma hierarquia de gênero, tais como: casamento forçado, proibição de participar da luta de libertação sem autorização, de mobilizarem os jovens nas aldeias a entrarem na luta e de abrirem suas portas para esconderem os fugitivos da Política Internacional e de Defesa do Estado Português (PIDE)⁸. Nesse sentido, a UDEMU tinha como objetivos iniciais: mobilizar, enquadrar as mulheres na política em andamento e captar recursos financeiros para o avanço da luta de libertação. Nessa altura, o movimento não contou com a participação massiva das mulheres, porque as muitas estavam mais engajadas no processo da luta de libertação e as restantes careciam da consciência da importância que o movimento tinha para a emancipação das mulheres e a libertação dos dois povos (GOMES, 2016).

É importante destacar algumas feministas guineenses, ou “Mindjeris balentes”, que desempenharam papel fundamental no processo de emancipação das mulheres e na luta de libertação do povo Guineense. Gomes elenca:

Rainha Pampa da sociedade Bijagó que, no início do século XX, travou uma batalha sem tréguas contra a penetração portuguesa; histórias de mulheres responsáveis políticas como Carmem Pereira ou Teodora Inácia Gomes, ou de comandantes militares como Titina Sila, ou de governantes de largas regiões como Francisca Pereira, histórias de mulheres como Tenem Camara, membro de um dos Tribunais Populares instituídos nas áreas libertadas, nos anos 60 do século XX; as experiências históricas de Ana Lopes, de Lurdes Vaz e de Nhima Muskuta Turé, técnicas especializadas, enfermeiras e membros das milícias populares. (GOMES, 2016, p.126)

Retomando o conceito de feminismo defendido no início dessa reflexão, não podemos deixar de citar o herói Amílcar Cabral favorável ao engajamento das mulheres na luta de independência, devido as suas significativas contribuições na discussão sobre a entrada e participação das mulheres na luta de libertação, assim como na promoção de uma sociedade justa. Como aponta Gomes (2016, p. 126-127): “[A] nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”. Com base nesse entendimento, Amílcar Cabral defendia a luta contra o sistema patriarcal predominante em alguns grupos da sociedade guineense. Tal sistema resumia o papel social da mulher à reprodução, ao casamento e aos

⁸ Entre 1945 e 1969, a PIDE foi responsável pela captura e repressão de todos os opositores do regime político que estava em vigor.

trabalhos domésticos. Cabral vislumbrava um papel distinto na sociedade em construção e, por tal razão, estabeleceu um plano de ação do partido que proporcionava oportunidade de formação para as meninas se tornarem independentes, alfabetizadas, autônomas, prontas para contribuir na luta de libertação. Vale ressaltar que no grupo social Bijagós o papel social da mulher estava além desses espaços, vez que a organização desse grupo social é baseado no matriarcado⁹.

A despeito desses avanços quanto à compreensão do papel das mulheres na luta de independência e na construção de uma sociedade justa, a criação da UDEMU e a ideologia do Cabral não ganharam reconhecimento pelos membros do partido e nem pelos grupos sociais do regime patriarcal. Isso contribuiu para o declínio da organização em 1966. Porém, a resistência das mulheres dentro do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) resultou na realização do I Congresso das Mulheres Guineenses, em 1982, sob o lema “UDEMU RENASCEU”. Foram debatidos os seguintes temas: a situação das mulheres no contexto colonial; a condição feminina perante as tradições dos grupos sociais; as relações de gênero, em particular com autoridades políticas e religiosas; a posição das mulheres nas estruturas sociais; a organização das zonas libertadas e a criação das bases das estruturas do novo Estado após o processo de emancipação (GOMES, 2015). Os temas discutidos no primeiro congresso serviram de estratégia de luta, assim como também de trabalho de alerta para as mulheres que não reconheciam as diversas opressões que sofriam e tampouco suas lutas diárias. Em 1988, a UDEMU realizou o II Congresso, em que as discussões retomaram os temas do primeiro congresso, visando a fornecer um balanço do que houvera sido alcançado. Entretanto, nota-se que, a despeito da ascensão de uma agenda de preocupações sobre as mulheres, não houve soluções imediatas a uma gama de problemas que incidiam sobre a mesmas. Mesmo com a assinatura da Convenção da CEDEAO sobre a Eliminação de Todo Tipo de Discriminação contra as Mulheres de 1985, o Estado guineense ainda enfrenta desafios na implementação da agenda de gênero.

Finalmente, vale ressaltar que a opressão contra as mulheres na sociedade guineense acontece de diversas maneiras, atingindo as vidas privada e pública das mulheres. Dessa forma, as reações a estas opressões assumem diferentes manifestações de resistência. Essa resistência

⁹ Matriarcado – palavra de origem latim e grego, derivada de meter (mãe), archein (arca) reinar, governar. Portanto, o grupo social Bijagós é um grupo em que as mulheres - mães desempenham um papel de maior importância. Com direito de presidir cerimônias religiosas, participar na resolução de conflitos nas suas comunidades, escolher os maridos, decidir sobre o divórcio ou a guarda da criança, participar no trabalho de cobertura da casa. Estão povoados na zona insular da Guiné composta por 90 ilhas, concretamente na ilha dos Bijagós. Desenvolvem prática de pesca, cultivo de arroz, produção de estatuetas.

pode ser constatada diariamente na vida das mulheres analfabetas, mas com espírito feministas. Lutam contra o casamento forçado; a opressão dos maridos; mostram que são livres de participar das organizações culturais – como, por exemplo: mandjuandadi e camaradias¹⁰ –; contribuem com o aumento da economia familiar e do país por meio do comércio informal (vida de bideras); sacrificam-se na vida de “bideras” (comércio no mercado de bandim)¹¹, a fim de garantir a educação para os filhos.

As organizações culturais das mulheres como Mandjuandadi ou de Camaradia podem ser considerados espaços de Sororidade¹² entre as mulheres. São espaços que cumprem diferentes funções: diversão, mostrar façanhas, beleza, exibir vozes. Porém, eles também podem servir de refúgio das mulheres que sofrem das diversas formas de violência como a doméstica, física, psicológica e econômica. Essas organizações promovem a liberdade de expressão, que permite aos membros usarem as cantigas não apenas para se divertirem, como também para manifestar as suas críticas à sociedade guineense, nomeadamente ao sexismo.

Ao longo dessa seção, resgatei os diferentes espaços das lutas formais e informais das mulheres guineenses pela igualdade de gênero nas diversas vertentes ao longo do processo da reconstituição do Estado Guineense. Dessa forma, é possível entender a amplitude dos papéis e simbolismos sexuais na sociedade guineense, considerando a sua intrínseca diversidade étnica e cultural. Atualmente, as mulheres guineenses contam com a proteção das leis jurídicas contra qualquer tipo de violência e, em novembro de 2018, foi aprovada no parlamento a lei das quotas que garante participação mínima de 36% de mulheres nas listas de candidaturas para cargos eletivos. Ambos avanços caminham na direção do que a teoria política feminista convencionou como dois dos três eixos da promoção de justiça na sociedade, quais sejam: reconhecimento e representação (FRASER, 2009). Esses são passos significativos na luta das mulheres guineenses, porém ainda insuficientes para eliminar as opressões sofridas pelas mesmas quotidianamente, especialmente nas zonas rurais.

¹⁰ As mandjuandadi são coletividades, associações ou grupo de pessoas da mesma idade ou da mesma geração que se organizam para confraternizações e apoio mútuo em ocasiões ou circunstâncias diversas.

¹¹ É o maior mercado da cidade de Bissau, onde muitas mulheres realizam o comércio de diversos produtos alimentares para garantir o sustento das suas famílias. Pode ser entendida como a união entre as mulheres, o laço da irmandade. Tem como missão promover a solidariedade entre as mulheres, sem julgamentos em defesa da igualdade e equidade de gênero.

¹² “Estamos desapontadas”, diz Djenane de Jesus, líder do Movimento Mais Mulheres (M.M.M). “A maioria dos partidos políticos não conseguiu cumprir na íntegra com a lei. Os que conseguiram atingir os 36% de representatividade feminina, em termos de candidatas ao cargo de deputado da Nação nas eleições de 10 de março, são na sua maioria partidos sem expressão”. Para a líder feminista, o encerramento do Parlamento durante meses em Bissau contribuiu para o atraso na implementação da lei.

3 CAPÍTULO 2: TEORIA POLÍTICA FEMINISTA E DEBATE DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Mendes (2011), no estudo das relações internacionais, os Estados são considerados como atores indispensáveis, ou seja, os Estados sempre foram o foco principal nas agendas de estudiosos tradicionais, deixando de lado os problemas como gênero ou raça. Entretanto, ao longo dos anos, outros atores que permaneciam invisibilizados começaram a trazer novos debates para o cenário internacional. A partir da década de 1980, as teóricas feministas inseriram-se nos estudos de análise de relações internacionais, trazendo o debate de gênero como uma categoria para entender as assimetrias de poder entre homens e mulheres no âmbito internacional.

Para Mendes (2011), os estudos feministas nas relações internacionais observaram duas notáveis deficiências: em primeiro lugar, a ausência das mulheres como atrizes nesse espaço; e, em segundo lugar, a falta de assuntos ligados a gênero nos estudos da área. Neste sentido, as feministas questionam “a concepção de Estado como uma unidade que existe independente das divergências de modos de pensar que existem internamente” (MENDES, 2011, p. 14). Portanto, a desconstrução das temáticas fixas é fundamental para Relações Internacionais como disciplina.

O grande problema, no que tange ao gênero, que podemos apontar nas Relações Internacionais é a hierarquia de poder e sua simbologia: as mulheres frequentemente são rotuladas por símbolos de secretárias, assistentes ou demais cargos de hierarquias inferiores, enquanto os homens são vistos como líderes, chefes ou aqueles que têm capacidade para gerenciar cargos mais altos. Não por acaso, desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) nunca houve uma secretária-geral mulher chefiando a mesma, o que reflete o caráter de gênero do próprio sistema, construído a partir de uma hierarquia masculina que invisibiliza e apaga a figura feminina como sujeito capaz de solucionar os problemas do mundo. Neste sentido que Monte afirma:

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade; por outro lado, o poder do gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas

porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE, 2013, p. 70)

Compreendemos que a nossa sociedade é construída por meio de sistemas identitários, estando presentes em todas as esferas: nas instituições, na família, no âmbito doméstico e até nas relações internacionais. Estas identidades “justificam” e naturalizam as hierarquias de gênero, derivando deste fato a necessidade de utilizar a chave conceitual do gênero para entender e analisar as relações de poder entre homem e mulher na arena internacional. De acordo com Monte (2013), para alterar as dinâmicas de conflitos nas relações internacionais, faz-se mister a inclusão de um ponto de vista diferente na tanto na formulação política, como na produção de teoria sobre os fenômenos internacionais. O sucesso desta empreitada ainda é lento, vez que a paridade de gênero nas altas esferas decisórias ainda é um objetivo distante e a presença feminina nos poucos espaços políticos não vem implicando necessariamente em uma modificação do comportamento dos Estados. (MONTE, 2013, p. 71)

É comum que as mulheres que ocupam lugares de alto poder adotem comportamento masculinizado para exercer melhor as demandas do contexto da alta política, o que reforça a idéia de que gênero não é apenas um atributo pessoal, mas também das instituições. (MONTE, 2013; TICKNER, 2006). Neste sentido, Biroli destaca que as teorias feministas estão mais preocupadas com as instituições e as relações de poder hierarquizadas pelo gênero:

O objeto das teorias feministas não é exatamente as mulheres, mas sim instituições, estruturas e relações de poder cotidianas nas quais aquelas são posicionadas desvantajosamente. Se não falam estritamente de mulheres, são teorias que se definem a partir de suas posições e em diálogo com as lutas de movimentos sociais organizados, o que tem implicações epistemológicas e políticas. Seu problema de fundo são os sentidos e limites da política, repensada de uma perspectiva que leva em conta a posição das mulheres, isto é, de uma perspectiva de gênero. Para compreendermos o modo como se estabelecem as teorias feministas da política, tem especial importância a noção de que “a política não é algo simples a que nós nos referimos”, mas “um artefato ricamente texturizado de linguagens reflexivas”, o que confere ambiguidade e complexidade à relação entre teoria e prática política (BIROLI, 2017, p. 175).

Portanto, partindo deste ponto de observação, compreendemos que a crítica dos movimentos feministas sobre as instituições é válida, uma vez que ainda persiste uma baixa participações das mulheres dentro das instituições, seja no âmbito nacional, seja no internacional. Em outras palavras, as arquiteturas institucionais apresentam uma forma masculinizada e excludente. Portanto, é fundamental discutir a questão da presença de mulheres na esfera política.

3.1 PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

O estudo sobre participação da mulher na política tornou-se relevante para os acadêmicos não só para entender como operam as hierarquias no sistema ou para problematizar a exclusão das mulheres no espaço público, mas como uma forma de denunciar os limites do sistema democrático. Em larga medida, os estudos salientam que é necessária a participação das mulheres na esfera política para consolidação da democracia (BIROLI, 2017; PATEMAN, 1989; PHILLIPS, 2001).

A participação da mulher na política é vital para o exercício da cidadania, mas antes é essencial refletimos sobre o conceito da “política”: o que é a política? Por que é importante a participação das mulheres na política? Para responder essas questões, faz-se necessário retomar alguns teóricos que abordam a participação feminina na política.

Para Dallari (1984), a política é cuidar das decisões sobre problemas de interesse da coletividade. Entretanto, as mulheres fazem parte desta coletividade, mas frequentemente são excluídas do debate sobre os problemas que as afligem. Como aponta Phillips (2001), a exclusão sistemática de grupos sociais tal como de mulheres, negros ou minorias étnicas representa uma violação de ideais democráticos, na medida que impedir a sua participação na política e nas esferas decisórias. Por que razão, vem sendo mobilizada há algum tempo, a ideia de que a participação das mulheres na política é um elemento fundamental para consolidação de democracia e também um direito das mulheres como sujeitos e donas de seus destinos.

A concepção de participação apresenta-se, ainda, como uma pauta de justiça. Se reconhecemos a justiça como dependente dos pilares de redistribuição (mitigação das desigualdades socioeconômicas), reconhecimento (distribuição de respeito) e representação (participação nas esferas de decisão política), a democracia se realiza e consolida na medida em que estes objetivos são atingidos (FRASER, 2009). A participação feminina, portanto, é essencial para garantir a sua presença nos espaços decisórios que tomam decisões com impacto em suas vidas (PHILLIPS, 2001).

Porém, antes de abordar a participação da mulher no campo político partidário, faz-se necessário observar as causas que as impedem de ter uma consciência política. Compreendo que não adianta inserir as mulheres no campo político, se as mesmas não compreenderem a importância de sua presença nessa esfera. No caso específico de Guiné-Bissau, os dados do Instituto Nacional de Estatística Guiné-Bissau (INEC, 2014) apontam que, em 2013, as mulheres representavam 62,9% do total da população guineenses e os homens 47,08%. No que tange aos instrumentos formativos para a construção de uma consciência política, subsiste uma

diferença notável na educação formal entre as mulheres e os homens. Segundo os indicadores do INEC (2014), a taxa de analfabetismo de 2009 penalizou mais as mulheres (63,1%) do que os homens (34,8%). Para Sanca (2014), essa clara desigualdade de gênero é um dos fatores fortemente associados à baixa qualificação das mulheres guineense para inserção na política e na carreira diplomática, ou seja, no mercado de trabalho e na esfera pública.

Em uma dimensão das instituições políticas, Semedo e Barros (2013) argumentam que, por mais que as mulheres tivessem participado ao lado dos homens na luta pela independência do país, ainda existe exclusão das mulheres guineenses nas esferas políticas. Gomes (2013) demonstra que, desde a independência da Guiné Bissau, em 1973-1976, a Assembleia Nacional Popular elegeu somente 10 mulheres contra 110 homens; e na legislatura de 2014-2018 existem somente 14 mulheres contra 86 homens. Diante deste cenário, em novembro de 2018, o parlamento guineense aprovou uma lei de paridade que obriga os partidos políticos à fixação de uma quota mínima de 36% de mulheres nas listas, mas nas eleições de 10 de março de 2019 esse número não foi respeitado, mantendo-se na assembleia nacional popular uma proporção de 14% de mulheres parlamentares¹³.

Neste caso, o que se percebe de fato é que a política na Guiné-Bissau é pautada pela desigualdade de gênero. Portanto, não é por falta de capacidade, mas é uma estrutura consolidada que impede as mulheres de exercerem seus direitos. Ainda conforme Semedo e Barros, as mulheres guineenses sempre manifestaram o interesse em participar da esfera política do país, mas que ao lodo da história do país sempre foram colocados de lado.

Ao longo da História da Guiné Bissau, as mulheres têm demonstrado uma forte capacidade de intervenção na liderança política, nos esforços de consolidação da paz, na luta pelos direitos humanos, bem como no desenvolvimento econômico e social. No entanto, o contexto de instabilidade política e governativa tem constituído um entrave à continuidade na adoção e implementação de políticas e processos públicos que permitam fazer face aos constrangimentos que as impedem de gozar em pleno os seus direitos humanos, particularmente os direitos civis e políticos. (SEMEDO; BARROS, 2013, p. 12).

Contemporaneamente, nota-se que a democracia na Guiné-Bissau ainda enfrenta obstáculos para realizar os três pilares de justiça mencionados anteriormente. Segundo relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau (2010-2012), a convenção para Eliminação de todas as formas de Discriminação (CEDAW), como um instrumento jurídico essencial de proteção dos direitos das mulheres, foi assinada pelo governo da Guiné-Bissau e

¹³ Um exemplo emblemático da marginalização das mulheres é a própria ONU, que desde sua criação em 24 de outubro de 1945 até a data presente nunca teve uma Secretária-Geral das Nações Unidas.

ratificado em 1985. Da mesma forma, o país assinou em 12 de setembro de 2000, o protocolo Facultativo da CEDAW, que foi ratificado em 2008, e o Protocolo da Carta Africana dos direitos Humanos e dos Povos Relativos aos Direitos das Mulheres em África. Percebe-se, portanto, que o país assinou vários acordos internacionais para combater as desigualdades de gênero, e conferir e reconhecer os direitos das mulheres guineenses, mas que ainda os direitos das mesmas são violados, como apresenta no trecho seguinte de Relatório dos Direitos Humanos:

Contudo, em termos práticos, os direitos humanos das mulheres continuam a ser violados em todos os sentidos. As razões prendem-se fundamentalmente com a discriminação histórica a que sempre foram votadas em todos os domínios da vida social, não só relativamente a direitos políticos, mas igualmente, no que diz respeito aos direitos civis. Efetivamente, direitos básicos e posições jurídicas elementares sempre foram negadas às mulheres e continuam a sê-lo em diversos quadrantes da sociedade guineense, nomeadamente no acesso à educação, à saúde ao sistema judiciário, à herança, a terra, entre outros. (RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS GUINE-BISSAU, 2010 e 2012).

Sendo assim, percebe-se que o problema de negação das mulheres a direitos políticos é institucional, que precisa de uma especial atenção da sociedade civil, especialmente por meio do movimento de mulheres. Na Constituição da República da Guiné-Bissau, verifica-se nos artigos 24º e 25º, os quais estipulam que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica”, e ainda que “o homem e a mulher são iguais perante a lei, em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996). Como se percebe, as mulheres detêm os mesmos direitos que os homens, porém não se observa na prática, pois elas ainda são subordinadas ao espaço doméstico e, neste cenário, muitos que estão no espaço público exercem trabalhos não formais ou estão no mercado informal. Neste sentido, Godinho (2016, p. 910), afirma que na Guiné-Bissau “tratou-se de uma dupla colonização das mulheres, seja através das estruturas coloniais de opressão, seja por meio das estruturas patriarcais opressivas”. Por esta razão, as lutas das feministas guineenses não se limitam somente ao gênero.

3.2 INSERÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA

Nesta seção, a análise voltará seu foco para a mulher na diplomacia, esfera esta que se caracteriza pela presença majoritária masculina. Ao longo da história humana, sempre se

associou o homem com a política – seja nacional, seja internacional –, tornando difícil encontrar a figura feminina no ambiente diplomático. A Espanha foi o primeiro país a nomear a primeira mulher diplomata em 1507, sendo seguida pela França em 1529. Quase quatro séculos mais tarde, nomeadamente em 1933, apenas 13 países, nomearam mulheres para o serviço diplomático (FRITSCHÉ, 2002, p. 1). Nota-se, portanto, que a fraca presença histórica das mulheres nas estruturas de poder internacional não é incidental, resultando, por conseguinte, de uma hierarquia de gênero sistemática.

A presença majoritária dos homens nas estruturas de poder é tomada muitas das vezes como natural, a ponto de tradicionalmente se considerar o ambiente internacional como masculino (TICKNER, 2006). Tal perspectiva dificulta – senão, impede – a entrada das mulheres neste espaço. Portanto, a ausência e a consequente invisibilidade das mulheres na esfera das instituições internacionais advêm também da falta de mulheres qualificadas. A pergunta, na verdade, é anterior: por que as mulheres não conseguem preencher os requisitos educacionais/de formação para estarem nesses espaços? Quando a respondemos, notamos como as hierarquias de gênero incidem sobre as mulheres relegando-as a um espaço no qual a educação, o público e o internacional não lhe são acessíveis. Outro fator também é o fato de as simbologias criadas nas estruturas de alto poder ainda permanecerem com a face masculina. Como salienta Rahman-Figueroa:

Como um domínio tradicionalmente masculino, as estruturas de poder existentes dentro da infraestrutura diplomática permanecem para reforçar práticas discriminatórias abertas, tornando difícil para as mulheres entrar na diplomacia na posição mais alta. Nicolau Maquiavel, um dos primeiros pioneiros diplomáticos, enfatizou muito a importância das características masculinas na condução das relações de Estado. Empiricamente, os estados são dirigidos e defendidos pelos homens e, portanto, avançam apenas o interesse dos homens. Permitir que mulheres em posições de poder fosse teoricamente percebido como uma ameaça à dominação masculina e um sinal de auto-fraqueza, como exemplificado pelos métodos da armadilha de mel usados para atrair diplomatas do sexo masculino à sedução sexual. (RAHMAN-FIGUEROA, 2012)

Sendo assim, várias mulheres que conseguiram quebrar as barreiras impostas historicamente costumam incorporar atitudes masculinas para exercer suas funções e para ganhar respeito de colegas homens (RAHMAN-FIGUEROA, 2012). Entretanto, para Soares e Alencar (2017), as feministas iniciaram suas lutas pela equidade de gênero e empoderamento das mulheres dentro da diplomacia, como também em outras áreas. Diante disso, a procura de representatividade de gênero, raça, classes foi uma ferramenta que impulsionou a vitória feminina dentro da área da diplomacia, sendo a representação nesta um exercício de democratização das estruturas de poder internacional (SOARES; ALENCAR, 2017, p. 3). Neste

sentido, Balbino (2011) aponta que o problema da presença de mulheres nas carreiras da alta burocracia do Estado – como é o caso da carreira diplomática – está incluída no conjunto de inquietações acerca da representação de diferentes grupos sociais que compõem um Estado democrático. Sob esta perspectiva, não só as mulheres devem estar de maneira satisfatória representada nas instituições, mas todos os grupos étnicos e todas as classes socioeconômicas que constituem parte do Estado (KYMLICKA, 1996; LIJPHART, 2008; PHILLIPS, 2001).

A política internacional, em seus aspectos estruturais e de agência, parte de um olhar masculino, marginalizando os papéis das mulheres. Como consequência da falta de referências de mulheres no ambiente da política internacional, retroalimenta-se a permanência delas fora desse campo, desde sua atuação como diplomata, funcionário de agência internacional e mesmo teórica (BALBINO, 2011, p. 51). Portanto, mesmo observando-se algumas conquistas das mulheres na diplomacia, ainda há espaços em que sua presença é tímida, quando não inexistente, como no caso dos altos cargos da diplomacia dos países e das organizações internacionais¹⁴. Ademais, Rahman-Figueroa, ao analisar a presença das mulheres na diplomacia, em especial dentro da União Europeia (UE), observou que somente 11 mulheres ocupam o cargo de embaixadoras num total de 115 embaixadores (ou seja, aproximadamente 9,56% das delegações da UE são chefiadas por mulheres). Como a autora afirma:

O número atual de mulheres em cargos diplomáticos de alto nível tem sido sombrio. Segundo fontes, o corpo diplomático da União Europeia tem apenas 11 dos 115 atuais embaixadores do sexo feminino, levando os membros a se referirem à UE como o “clube dos meninos da Europa Ocidental”. Em 2002, apenas 11 mulheres embaixadoras serviram seu país como Representante Permanente nas Nações Unidas em Nova York, com 15 diplomatas mulheres postadas em Washington. Estes números são ligeiramente mais elevados do que há alguns anos, mas quando comparados com os 192 Estados-Membros atualmente na ONU, isso significa que apenas 6% dos diplomatas são mulheres. Já se passaram 40 anos desde que as mulheres - casadas ou solteiras - foram autorizadas a concorrer aos principais cargos diplomáticos, mas a FCO ainda está enviando diplomatas para várias partes do mundo pela primeira vez. (RAHMAN-FIGUEROA, 2012)

Analisando este fato, percebe-se a existência de um grave problema de representação de gênero em organizações internacionais, o que, na verdade, revela-se como uma fração da baixa representatividade feminina na burocracia internacional. Não é por acaso que uma das preocupações das feministas seja a luta em prol de um cenário internacional mais inclusivo, não só para as mulheres, mas para toda as minorias que não dispõem de uma representatividade dentro das instituições internacionais. De acordo com Balbino (2011), a atuação das mulheres

¹⁴ <https://www.embassypages.com/guinebissau>

oferece construções, especialmente em segurança, direitos humanos, meio ambiente e em outros setores, porque as mulheres têm um olhar diferente sobre situação de guerra. Para a autora, as mulheres seriam as principais vítimas da guerra, visto que estão suscetíveis aos estupros no teatro de guerra, além de serem esposas e mães dos que morrem nos conflitos.

No caso da Guiné-Bissau, tendo em conta o contexto político, social e econômico do país, parto do pressuposto de que o baixo número de mulheres no corpo diplomático não resulta apenas de um fator determinante, mas da combinação de vários obstáculos interpostos às mulheres devido a uma hierarquia de gênero transversal às várias estruturas sociais. Na sociedade guineense ainda se privilegia a educação formal para os meninos, enquanto as meninas são educadas para cuidar de casa, resultando em baixa escolaridade das mulheres. De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Guiné-Bissau:

A paridade entre rapazes e raparigas no sistema de ensino é desigual, com desfavorecimento do sexo feminino e, no que diz respeito ao abandono escolar, a taxa é mais elevada entre as meninas (32%) do que entre os meninos (21%). A discriminação é uma realidade nas famílias, nas escolas e na sociedade em geral e resulta de hábitos, convenções e necessidades resultantes da organização social e tradicional do país. As raparigas asseguram os cuidados do lar, trabalham no campo e ainda trabalham, quando existe essa possibilidade, em pequenas empresas familiares. Mais de 27% casa-se antes dos 18 anos e inicia um novo ciclo com responsabilidades de família. Para além disso, um número considerável de raparigas entre os 6 e os 14 anos de idade interrompem a escola em determinado período para se ocuparem dos ritos tradicionais e das cerimónias de excisão cultivadas pelas comunidades tradicionais. A desigualdade entre os sexos persiste, assim, a vários níveis, acrescentando os actos de violência e as mutilações genitais num país onde, de acordo com os dados de 2006, 44,5% das mulheres era excisada (RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS GUINE-BISSAU, 2010 e 2012).

Além dos fatores citados pelo PNUD, é importante ressaltar que a herança do sistema patriarcal deixado pelos colonizadores portugueses resultou em instituições masculinizadas, que se pautam por um viés patriarcal com consequências para a marginalização e o empobrecimento das mulheres guineenses. Mesmo aquelas que conseguem superar os obstáculos socioeconômicos e culturais ainda são preteridas quando se trata de inserção no mercado de trabalho masculinizado e, sobretudo, no espaço político. Aquelas que atingem os níveis educacionais necessários estariam, em tese, em plena capacidade de exercer serviços diplomáticos como os homens, podendo contribuir com a construção da diplomacia local. Este argumento alinha-se com Fritsche (2002), que aponta a educação como o requisito técnico, mas que acaba não sendo o suficiente para retirar as mulheres dos papéis de gênero que lhes são social e politicamente atribuídos.

Neste cenário, a participação das mulheres na política e, mais especificamente, na carreira da diplomacia é uma pauta preocupante da agenda das feministas tanto a nível internacional, como no contexto de Guiné-Bissau. Não por acaso, em 2019 foi criado o Movimento de Mais Mulheres (MMM), que tem como objetivo inserir mulheres em lugares que por muito tempo é tomado como dos homens. Iniciativas como esta sinalizam mudanças na agenda política e teórica sobre a participação das mulheres nos espaços burocráticos e, mais especificamente, da diplomacia.

4 CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

4.1 UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DA DIPLOMACIA GUINEENSE

Como mencionado anteriormente, este trabalho objetiva apresentar como as relações de gênero se constroem e operam dentro das relações entre esfera privada e esfera pública. Parto do pressuposto de que concepções hierarquizadas de gênero acerca das (in)capacidades da mulher de lidar com os desafios de esfera pública são uma forma de excluí-las desses espaços.

Nesse contexto, para entender as causas da baixa participação das mulheres guineense na diplomacia guineenses, faz-se necessário o uso do método qualitativo, uma vez que essa abordagem se centra na compreensão das dinâmicas das relações sociais a partir das experiências individuais. Compreendo que estas vivências oferecem chaves para entender os significados das hierarquias de gênero. Historicamente, os problemas ligados à situação das mulheres foram tratados como pertencentes ao ambiente privado, não sendo vistos como questões de Estado, muito menos como relevantes para as relações internacionais. Diante deste fenômeno, as experiências de marginalização das mulheres nesta esfera masculinizada importam, porque elas revelam os obstáculos à presença de mulheres na diplomacia guineense.

Uma das dificuldades metodológicas na realização deste trabalho é a ausência de dados (quantitativos e qualitativos) sobre o número de mulheres na diplomacia. Segundo o site EMBASSYPAGES.COM (2019)¹⁵, a República de Guiné-Bissau atualmente mantém 17 embaixadas no exterior, além de 20 consulados e representações adicionais. No que tange ao corpo diplomático atuante nestes espaços, o país nomeou duas embaixadoras e uma consulesa. Esses números correspondem a 5,88% de mulheres chefiando embaixadas e 5,00% chefiando consulados. Nota-se que a diplomacia guineense é um clube dos homens, que não dá suficientes oportunidades de acesso para as mulheres.

4.2 GERAÇÃO DE DADOS: ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Os dados gerados nesta pesquisa são oriundos de entrevistas em profundidade realizadas com duas diplomatas guineenses e um diplomata homem. Na Guiné-Bissau existem dois tipos

¹⁵ A autora, com o auxílio de seu orientador e da Coordenação do Bacharelado em Relações Internacionais, tentaram reiteradamente solicitar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e das Comunidades da República de Guiné-Bissau informações sobre o quantitativo atual e na série histórica dos diplomatas guineenses, identificados por gênero e data de ingresso. Os dados, porém, não foram fornecidos.

de diplomatas: por indicação política (doravante, diplomata político) e de carreira. O diplomata político é aquele indicado pelo partido político em poder, mas que não tem formação na área. Já o diplomata de carreira é aquele que possui formação na área de diplomacia e não é indicado pelo partido político. Segundo um diplomata de carreira entrevistado, Arberto:

Quando falamos de embaixador de carreira ou diplomata de carreira, é funcionário efetivo de ministério de negócios estrangeiro, já há mais de 10 anos, e que tem formação na diplomacia. Para ser diplomata ou embaixador, como requisito a pessoa tem de subir alguns degraus como adido, primeiro secretário, segundo secretário, conselheiro, Ministro de segunda-Classe e até Embaixador. Cumprido isso é chamado de diplomata de carreira e quanto ao diplomata político é mais ligado ao partido político, por isso que vários países que não aceitam como: Luxemburgo, Holanda e Suíça.¹⁶

As biografias das entrevistadas são distintas. Maria de Fátima Andrade Sanhá, diplomata de carreira, possui uma trajetória muito distinta no contexto mais amplo da educação em Guiné-Bissau, vez que é uma pessoa com uma vivência no exterior. Sanhá estudou em Portugal e fez a sua formação em diplomacia no Brasil, no Instituto Rio Branco, considerado uma das melhores escolas de diplomacia do mundo. Eugénia Pereira Saldanha Araújo, diplomata política, estudou o Ensino Primária na cidade de Farim e teve formação na área Técnica Industrial e Comércio de Bissau. Em 1966, foi para Portugal estudar o curso de Serviço Social. Em 1977, trabalhou como Responsável Adjunta na Direção dos Assuntos Sociais na Secretaria do Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria. Foi também Ministra da Saúde. Em junho de 2010, foi nomeada Embaixadora Extraordinária da República de Guiné-Bissau na República Federativa do Brasil. Por se tratar de uma diplomata política, sua indicação ao cargo foi feita pelo ex- presidente Malam Bacai Sanha.

As entrevistas com as diplomatas foram realizadas em Guiné-Bissau no período de 26 de fevereiro a 17 de março de 2019. As duas mulheres diplomatas pertencem, cada uma, às categorias supracitadas. Após as entrevistas, mantive contatos com elas para apontamentos complementares. As entrevistas foram gravadas em formato .mp3, realizadas em Criolo e transcritas para o português. Ademais, as entrevistadas assinaram um Termo de Confidencialidade e Ciência sobre a Pesquisa.

¹⁶ Entrevista realizada 28 de Fevereiro de 2019. Tradução da autora. No original: “Ora ku no na fala di representason di carera diplomata i ta sedu tarbadjadur di Ministério di Negócios Estrangeiro ku fasi mas di ki 10 anos na tarbadja nés ministério, i ku forma tambi na suma diplomata. I pa sedu imbaixadur ou Diplomata, bu tem ku sigui alguns etapas, suma di sedu primeru secretario, sugundu secretario, considjadur, ministro di sugundu clas i pa bu kunsu tchiga na imbaxadur. Si bu consigui kumpri ku es etapas tudu bu ta passa tchomadu di diplomata di carera, i tambi pa tchamau di diplomata pulitiku i ta sedu mas ku bu tene ligason ku um partidu pulitiku, pa bia di kila, i tem manga di teras k uta nega es tipo di diplomata suma: Luxemburgo, Holanda ku Suiça”.

O roteiro de perguntas (Apêndice 1) da entrevista buscou compreender os diversos significados dos obstáculos sociais e, mais precisamente, de gênero antes e depois do ingresso na carreira. As perguntas orientaram-se, sem menção direta, pela questão de pesquisa enunciada no capítulo 1 deste trabalho, qual seja: quais os obstáculos que as mulheres guineenses enfrentam para ingressar na carreira diplomática e, posteriormente, na trajetória como diplomatas, no caso de haverem ingressado? No capítulo seguinte, serão apresentados fragmentos das entrevistas que evidenciam esses obstáculos. Esses fragmentos serão articulados em torno de uma narrativa suplementada com uma discussão teórica sobre os problemas de gênero que incidem sobre a participação feminina na diplomacia guineense.

5 CAPÍTULO 4: AS DIPLOMATAS GUINEENSES POR ELAS MESMAS: OBSTÁCULOS ÀS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

Nesta seção, analiso as entrevistas à luz dos debates teóricos de gênero e participação das mulheres na política, nomeadamente na diplomacia. Na primeira parte, trato dos obstáculos antes do ingresso na carreira diplomática. Na segunda, discuto os obstáculos uma vez que a diplomata já se encontra dentro do serviço diplomático.

5.1 OBSTÁCULOS PRÉ-INGRESSO

Apesar do aumento de número de escolaridade das mulheres em várias áreas de conhecimento e mesmo na área de diplomacia, ainda assim há poucas mulheres guineense nos corpos diplomáticos, como vimos nos dados apresentado anteriormente. Portanto, nesta seção abordarei sobre os obstáculos que as mulheres enfrentam no pré-ingresso na carreira diplomática e seus significados.

Em Guiné-Bissau a diplomacia é ainda muito nova. Sendo assim, o maior obstáculo que as mulheres enfrentam no pré-ingresso se observa depois de prestar o concurso, quando elas são escolhidas, não para começar a trabalhar como adido, mas como estagiárias, como se vê na fala da nossa diplomata de carreira:

Bem você sabe que no nosso país, se verifica muito os problemas de gênero em todas as esferas e problemas socioeconômicos aqui no país, leva mais em conta mais homens do as mulheres. Vou te falar uma coisa, temos várias mulheres que prestaram concurso, mas o maior problema é a permanência delas aqui. Têm muitas mulheres com formação superior e com mais capacidade do que muitos homens, mas estão estagiando há mais de 6 anos.¹⁷

Compreendemos na fala da entrevistada que as mulheres são admitidas para serem secretárias do clube dos homens diplomatas guineenses, porque elas passam maior parte da vida delas fazendo um trabalho, que poderia ser de um secretário ou secretária. O estágio de 5 ou 6 anos revela-se como um possível tratamento diferenciado em comparação ao dado a homens que ingressam pelo mesmo processo. Nesse sentido, este primeiro obstáculo apresenta-se como uma ferramenta de exclusão e de discriminação das mulheres nesse espaço.

¹⁷ Esse tratamento diferenciado evoca um episódio em campo com uma funcionária do Ministério que se recusou a dar entrevista. Segundo ela, sua vida se resumiu a estagiar e sua recusa se justificou pela seguinte fala: “Não vou dar entrevista, porque não me consideram diplomata” (No original: “N’ kana da intrivista pabia n’kata djubidu suma um diplomata”, tradução própria).

Ainda no que tange ao pré-ingresso, um dos obstáculos fundamentais é que algumas mulheres desistem por entenderem a diplomacia como um lugar dos homens, impróprio para elas. As poucas referências de outras mulheres neste lugar retroalimentam este fato. Outro obstáculo que impedem as mulheres de se inserir na diplomacia refere-se às duas categorias diplomata no país, quais sejam: diplomatas políticos¹⁸ e de diplomatas de carreira. Ambas formas excluem as mulheres, porém a categoria que resultada indicação do partido político tende a ser mais excludente, porque dificilmente escolhem ou indicam mulheres para serem diplomatas. Por isso, não é surpresa que o corpo diplomático da Guiné-Bissau tenha menos de 20 mulheres, visto que ainda não é fácil uma mulher se inserir não só por meio do ingresso da carreira, mas também no espaço dos partidos políticos. Consequentemente, a desigualdade de gênero é notável no corpo diplomático guineense. Como resultado da falta de representatividade na esfera diplomática, as mulheres têm menos chances de influenciar as normas criadas e de desconstruir a visão masculinizada sobre a esfera.

Então, uma das perguntas feitas durante a entrevistas foi: o que justifica a fraca participação das mulheres na carreira diplomata? Uma das entrevistadas, a diplomata política, relata a diferença na forma que se educam a mulher e o homem em Guiné-Bissau como causa importante para a baixa presença feminina no corpo diplomático. Segundo ela, as mulheres são subordinadas por uma educação de domesticidade, e poucas tiveram oportunidade de ter uma educação formal. De fato, os dados do INEC corroboram esta informação. Portanto, a educação formal (ou falta dela) é um obstáculo forte para as mulheres ingressarem na diplomacia, como relata a diplomata:

Eu digo que existe ainda fraca participação das mulheres na carreira diplomática, porque ainda temos poucas mulheres formado nesta área, se formos ver a taxa de analfabetismo, encontraremos uma taxa maior das mulheres analfabetas mais do que dos homens, então isso já é um obstáculo para termos mulheres na diplomacia. Mesmo que hoje estejamos vendo algumas melhorias, ainda é pouco. Logo este aspecto marca muito as impossibilidades para as mulheres, que elas vão enfrentar até chegarem ao nível de serem aceitas como uma pessoa capacitada, competente e igual a um homem. Uma das críticas do gênero, o problema não é uma mulher, mas é a questão intelectual, de formar mulheres e homens da mesma forma, assim todas as coisas tem que ser

¹⁸ “Enquanto a nossa diplomacia guineense ainda é muito nova, estamos tentando copiar tudo de Portugal. O nosso estatuto é adaptado do estatuto de Portugal, por isso não temos nada que fale somente das mulheres, mas é um estatuto geral para todos os diplomatas. Na época de regime único nos anos 1990 a 2000, a maioria dos diplomatas e embaixadores eram [do tipo] políticos, indicados por Nino Vieira. Ele é que indicava os diplomatas, que são políticos, mas atualmente estamos tentando acabar com esses tipos de diplomatas, a nossa associação está lutando contra isso”. Entrevista realizada em 28 de fevereiro de 2019. No original: “Suma no diplomacia i nobu inda, no ta tenta copia tudu a partir di Portuga. No regras diplomáticas i fasidu conformi kil di Portugal, pabia di kila, no ka tene nada k uta papia di mindjeris, ma i sedu regra pa tudu kim ki diplomata. Na tempu di um partidu son, entri, anus 1990 i 2000, manga di diplomatas ku imbaxaduris é sedu ba mas di tipo pulitiku, é ta kudjidu ba pa Nino Vieira. I el ba ku ta kudjiba diplomatas, ku no ta tchoma di diplomatas politikus, ma gos no sta na tenta kaba ku es tipus di diplomatas, no associason sta na luta contra é tipus di diplomatas”. Tradução própria.

partilhadas sem hierarquia. Então, este fator é lamentável, porque existe diferença na educação e até hoje se verifica. Felizmente, hoje existe várias ONGs, com parceria com o Estado, se posicionam acerca desta questão, a fim de ajudar na educação e formação das mulheres. Portanto, fico feliz em ver que as mulheres estão tendo voz e vez, uma coisa é ter voz, outra é ter vez.¹⁹

Este é um problema que o Estado, junto com movimentos feministas, deve conferir uma especial atenção, porque, de acordo com o Relatório de Direitos Humanos (2012), a estrutura patriarcal das instituições cria a disparidade entre homens e mulheres, resultando em ausência de oportunidades para estas e contra as mesmas. Como mencionado anteriormente, os dados estatísticos demonstram que a situação das mulheres em várias instâncias é precária: 56,2% da população adulta é analfabeta dentre as quais 64,12% são mulheres; a inserção na escola secundária é de 27,3% para os rapazes e 19,9% para meninas.

Ainda no que tange aos dados socioeconômicos, na sociedade guineense as mulheres constituem a camada mais pobre, principalmente em famílias chefiadas pela mulher (LGDH, 2012). Segundo o Relatório de Direitos Humanos de 2012:

Em termos de impacto da pobreza na sociedade guineense, as mulheres constituem hoje 51,5% dos pobres do país, tendo sofrido mais do que os homens e mais rapidamente a evolução da pobreza. A incidência da pobreza aumentou para os agregados familiares chefiados por mulheres, de 2002 a 2010, em (LGDH, 2012).

Percebemos que os problemas socioeconômicos influenciam diretamente na criação de desigualdade de gênero dentro de uma sociedade, o que faz com que as mulheres com mais alto de renda tenham maior acesso à educação e mulheres de classes socioeconômicas mais baixas tenham menor chances de receber uma educação formal. Em larga medida, estas mulheres pobres encarregam-se da economia tanto doméstica, como no mercado privado, o que lhes impede de ir para escola. Na fala das duas diplomatas que tivemos oportunidade de conversar, percebe-se que elas vieram de uma família com uma renda alta, por isso conseguiram adentrar naquele espaço. Porém, apesar de suas características serem diferenciadas, seus relatos apontam para desigualdades de gênero que superam a dimensão socioeconômica. O elemento de

¹⁹ Entrevista realizada em 10 de março de 2019. No original: “Ami n’fala di kuma i tem inda puku participason di mindjeris na carera di diplomacia pabia no tene inda puku mindjeris ku tene formason di diplomacia. Si no bai djubi numeru di djintis ku ka tene scola, no na odja di kuma numeru di mindjeris mas djiu ku ka tene scola di ki omis, pa kila i ta sedu prumeru ke ku ta tudji pa no tene mindjeris suma diplomatas. Gosi dja no sta na tene um bocadu di mindjeris ku inda é ka tchiu. Pa ki la, falta di scola ta difilcultu mindjeris até na mumentus ki na bim cetadu suma djintis ku kapasidadi i compitentis suma omis. Um di criticas di generu, i di kuma problema i ka mindjeris, ma i kiston di kunhisimentu, di forma mindjeris ku omis di mesmu manera, asim tudu kusas pudi divididu sim fala es ku mas. Pa kila es factu i ka bom, pabia i tem diferenca na educason i ate aos i ta odjadu. Bom noba i di kuma i tem dja manga di ONGs ku tene colobaron ku stadu i k uta firma pa é assuntos pa pudi djuda na educason i formason di mindjeris. Pa kila, n’ta ficka contenti na odja mindjeris na tene dja forma di papia”. Tradução própria.

reconhecimento também incide como fator de hierarquização de gênero, principalmente no exercício da carreira.

5.2 OS OBSTÁCULOS NA CARREIRA

Como mencionado anteriormente, os obstáculos dentro da carreira diplomática se evidenciam em vários países do mundo e Guiné-Bissau não é uma exceção. Um dos mais flagrantes e evidentes resultados é a baixa nomeação de mulheres ao cargo de embaixadora. As razões são variadas, desde o fato de ser mulher casada, ou pura e simplesmente pelo fato de se tratarem de mulheres, impróprias pelo seu gênero para ocupar um cargo de tamanha envergadura política. Podemos observar isso no trecho abaixo:

Comecei como adido, depois subi para primeiro-secretário e em seguida a segundo-secretário. Havia homens que entraram depois de mim, mas que foram nomeados como embaixadores antes de mim. Existe essa diferença, mas o importante é que eu não desisti e consegui chegar lá, mesmo depois de enfrentar vários obstáculos. Espero que as próximas mulheres que querem seguir a carreira não passem pelo que eu passei. Na verdade, tenho a certeza de que elas já estão tendo dificuldades: temos poucas mulheres diplomatas, hoje estamos lutando para mudar este cenário. Agora o que queremos é uma colocação fora do país como embaixadoras, podemos exercer as nossas funções aqui, chegarmos ao nível de embaixadoras, mas para sermos consideradas mesmo como diplomatas, é necessário ir para missões fora. Nós de carreira fazemos como os militares: começamos de baixo até o cargo mais alto como embaixadora. Nosso desejo é representar Guiné-Bissau fora do país.²⁰

Fica evidente que as diplomatas guineenses passam dificuldades dentro da carreira não por incapacidade de articular, mas pelas marginalizações institucionais, que ainda consideram a mulher como incapaz de resolver os problemas de Guiné-Bissau fora do território nacional. Esses obstáculos, por serem elemento que elimina as mulheres neste espaço, eliminam potenciais referências de representatividade feminina na política e na burocracia, fazendo com que outras mulheres que querem seguir a carreira desistam.

Outro fator de ordem familiar que se evidencia como obstáculo na carreira é a dificuldade de o marido da diplomata encontrar trabalho no exterior. Por isso, é difícil que

²⁰ Entrevista realizada em 4 de março de 2019. No original: “N’kansa suma, dipus mpasa pa primeru-sectario, dipus pa segundo-secretario. I tem ba la omis ku entra di pus di mi, ma ku numiadus suma imbaxadur antis di mi. I tem diferenca, ma kil ku mas importante, i di kuma ami n’kata disisti, n’konsigui tchiga la, dipus di manga di luta. Na pera di kuma mindjeris ku bim misti sigui es kaminhu pa é ka pasa tudu kusas ku ami m’pasa. Na bardadi, n’tene certesa di kuma elis tam é sta na passa es dificuldades: no tene puku mindjeris diplomatas, aos no sta na luta pa muda es situaso. Gosi ke ku no misti i pa kunsu kudji mindjeris pa representa tera suma imbaixaduris fora, no pudi tarbadja li tok no tchiga na lugar di imbaxadur, ma i prisis pa no bai misons fora. Anós ki di carera, no ta fasi suma militaris: no ta kunsu di bas pa tchiga na imbaxadur ki cargu mas garandi. No disidju i representa Guiné-Bissau fora di terá”. Tradução própria.

homem largue seu emprego para acompanhar a mulher; o oposto – que uma mulher desista do seu trabalho para acompanhar seu marido diplomata – é mais frequente. Neste sentido, várias vezes as mulheres não são mandadas em missão porque são casadas, ou a família não está em condições de fazer toda a mudança. Por conta das injunções culturais e de gênero, algumas mulheres desistem de ir para missões em prol do bem-estar da família, e não porque não têm vontade ou não queiram assumir o posto (BALBINO, 2011).

Quando questionei sobre as preferências das diplomatas sobre trabalhar com chefes mulher ou chefes homens e se, durante as suas vidas profissionais, tiveram mais chefes mulheres ou mais homens, as duas forneceram respostas distintas:

quando comecei a trabalhar tive duas mulheres que já foram minhas chefes. Trabalhei com Ilha Barba, que é inspiração para mim e foi a pessoa que mais me encorajou para seguir a carreira diplomática. Não tive problemas com ela. Também trabalhei com Eugenia Saldanha, dávamos-nos 7 muito bem, aliás, até hoje temos um tratamento de respeito. Mas na minha carreira tive mais chefes homens, mas também foi tranquilo porque não me silencio, porque faço meu trabalho com profissionalismo. Já tive alguns problemas, mas enfrentei com cara para cima e com humildade, mas para mim tanto faz mulher ou homem.²¹

Eu sempre trabalhei com homens, mas quando eu estava trabalhando, porque parei agora, sempre trabalhei como chefe. Fui ministra várias vezes, nunca tive uma mulher como chefe, então não sei como seria, mas imagino que deve ser muito bom. Mas também os homens com que trabalhei sempre me respeitavam, tudo era na base de profissionalismo.²²

Portanto, podemos concluir que mesmo que a segunda nunca tenha tido uma mulher como chefe, existe uma expectativa que, com uma mulher no comando, o trabalho seria positivo. Em outras palavras, a mulher saberia lidar com os problemas como um homem. Nota-se, ainda, que a questão da representatividade como fonte de inspiração é um elemento forte no primeiro relato. Mesmo sem referenciar no mesmo tom, o segundo relato também sinaliza para uma expectativa positiva do trabalho chefiado por uma mulher, algo que, em certa medida, pode ser compreendido como uma dimensão da representatividade. Entretanto, e como lado negativo de ambos os relatos, ambas salientam a baixa presença de mulheres, seja em hierarquias

²¹ Entrevista realizada em 4 de março de 2019. No original: “Otcha n’kuna na tarbadja, i tem ba dus mindjeris ku sedu ba dja nha chefis. N’tarbadja ku Ilha Barba, ku sirbi di ixemplu pa mi, i sedu pepadur ku mas motivan pan sigui nha carera diplotama. N’ka tene prublema ku el, tambi, n’tarbadja ku Eugenia Saldanha, no ta da ba bem, até aos inda, no tene rispitu pa kumpanher. Ma na nha carera n’tene manga di chefis omis, ma tambi i sedu bom, pabia nunca n’kala, n’ta fasi nha tarbadju suma professional. N’tene ba dja prublemas, ma n’konsigui incaral ku rostu riba i ku humildadi, ma pa mi, i pudi sedu omi ou mindjer”. Tradução própria.

²² Entrevista realizada em 4 de março de 2019. No original: “Ami sempri n’tarbadja ku omis, contra staba na tarbadja, pabia gosi m’para tarbadja, mas sempri n’ta tarbadja ba suma chefi. N’sedu ba ministru manga di bias, nunca n’ka tene mindjer suma nha chefi, pa kila n’ka sibi kuma ki pudi sedu ba. Ma m’pensa i pudi sedu ba bom. Ma tambi, omis kun tarbadja ku elis sempri é rispitam, tudu sta ba na basi profesionalismu”. Tradução própria.

inferiores, seja em superiores. Embora o caso da segunda diplomata seja especial por ter ocupado o cargo de ministra, o fato de ambas relatarem a baixa presença feminina em cargos de chefia indica a existência de um teto de vidro para as mulheres, que lhes dificulta ocupar cargos nas mais altas hierarquias, como, por exemplo, o de embaixadora.

5.3 MULHERES NA DIPLOMACIA GUINEENSE: UM BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS

Nesta última seção, faremos uma discussão das entrevistas. Porém, antes disso, faz-se necessário apontar que, para responder à pergunta de pesquisa proposta neste trabalho de uma maneira mais abrangente, seria preciso realizar um estudo mais aprofundado com mais diplomatas e dados quantitativos na série histórica sobre ingresso e nomeações em missões no exterior. Esta são limitações que se apresentaram durante a construção e realização da pesquisa. Ademais, a própria entrevista como instrumento abriu espaços para novas perguntas, enquanto outras ficaram sem resposta. Parte disso resulta da dificuldade em encontrar as mulheres diplomatas, que já são poucas, para falarem de suas vivências e experiências na carreira.

Percebeu-se, com os relatos, que as diplomatas guineenses ocupam um espaço dominado por homens. Essa solidão no espaço de trabalho dificulta a articulação entre as mesmas. A inexistência de uma associação de mulheres diplomatas guineenses é um reflexo dessa solidão e, ao mesmo tempo, um entrave para promover mudanças na estrutura de gênero da carreira. Com uma associação, seria possível organizar as mulheres em torno de ideias e propostas para promover igualdade dentro do sistema. Na solidão de suas posições, derrubar o sistema hierárquico privilegia o homem pelo seu gênero é profundamente difícil.

De todo modo, as entrevistas permitiram evidenciar o desejo das diplomatas de haver mais mulheres no corpo diplomático. Cada uma a seu modo relatou a preocupação de que as próximas mulheres não passem pelas dificuldades de reconhecimento na carreira. Como elas salientaram, as mulheres diplomatas guineenses dispõem das competências, capacidades e profissionalismo para o exercício da profissão. Os obstáculos produzidos por uma sociedade hierarquizada pelo gênero constituem os entraves para o devido reconhecimento das mulheres guineenses como aptas a ocupar os altos espaços da burocracia diplomática.

Nesse sentido, as entrevistas foram de suma importância para o entendimento das desigualdades de gênero na carreira diplomática guineense, que ainda subordina as mulheres a funções de secretária e, por outro lado, não são escolhidas para missões. Estas informações só poderiam ser apreendidas por estas vivências, que, postas em conjunto, permitem compreender como as hierarquias de gênero operam na diplomacia guineense.

No que tange às biografias das entrevistadas, apesar das diferenças substantivas em suas trajetórias, notam-se vivências de desigualdades de gênero semelhantes. Apesar de os problemas de gênero não serem fixos ou terem só uma face, as mulheres, a despeito de suas biografias, sofrem discriminação pelo próprio status de serem mulheres. Como se evidenciou nas entrevistas, duas mulheres de perfis e trajetórias distintos apontaram desigualdades criadas pelo gênero que, se não vivenciaram, ao menos presenciaram.

Por outro lado, durante as entrevistas, ficou evidente, em diferentes momentos, que medo de represálias no emprego silenciou uma das entrevistadas em seus relatos sobre os problemas que as mulheres (ou, quiçá, ela mesma) enfrentam dentro do Ministério. Compreendemos que é um obstáculo, mas esse silêncio também é uma forma de resistência para permanecer naquele espaço. Também observamos durante a entrevista que um dos obstáculos que algumas mulheres diplomatas enfrentam é o facto de algumas serem solteiras. A opção por não contrair um matrimônio, considerada incompatível com as hierarquias de gênero na sociedade guineense, traz consequências variadas, como serem tachadas de rótulos pejorativos, que ferem sua honra e dignidade (como serem automaticamente rotuladas de homossexuais); mas também não são escolhidas para missões, porque são vistas como pessoas que não têm responsabilidade.

As entrevistas de campo, ao fim e ao cabo, não só enriqueceram o conhecimento acerca dos desafios e dos obstáculos que as mulheres guineenses enfrentam no ingresso na carreira e no exercício da própria diplomacia, como serve de inspiração para que outras mulheres persigam a mesma e lutem para ampliar o acesso a este espaço.

6 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho de pesquisa, busquei compreender os obstáculos à participação das mulheres na carreira diplomática, tanto no momento anterior ao ingresso à diplomacia, como também no exercício da carreira. A fraca participação das mulheres no corpo diplomático observa-se tanto nos dados quantitativos, como nos relatos das diplomatas entrevistadas. Esse fato está intrinsecamente ligado às construções dos papéis de gênero, os quais, na sociedade guineense, privilegiam a educação formal para os homens e o envolvimento destes com a esfera pública da política e da burocracia estatal; enquanto as mulheres são relegadas à educação informal, bem como à tradicional esfera privada da vida doméstica. Espera-se da mulher guineense que cuide de casa (“trabalho doméstico”), e por isso há pouco interesse dos pais ou familiares em deixar as meninas a engajarem-se na educação formal, o que resulta na baixa taxa de mulheres escolarizadas e na subordinação das mulheres aos seus maridos.

Podemos apontar também, que o papel gênero tem grande importância na determinação das funções dos homens e das mulheres dentro do Ministério de Negócio Estrangeiro. As entrevistas com as duas diplomatas apontaram que as mulheres diplomatas são ainda condicionadas aos trabalhos de assunto nacionais e não internacionais, o que desencoraja outras mulheres que querem seguir essa carreira. Ademais, a própria ascensão na carreira apresenta-se condicionada pelo gênero: os postos assumidos pelas diplomatas aparentam estar nas baixas hierarquias, havendo poucas mulheres em cargos de chefia.

Sendo assim, ao analisarmos as entrevistas feitas, permitiu-nos constatar, que a falta de presença feminina dentro do corpo diplomático em Guiné-Bissau é um sinal de que existe um grande problema de desigualdade de gênero no Ministério de Negócios Estrangeiros, que precisa ser combatido com máxima urgência. Ressalta-se que, embora seja um problema observado em outros corpos diplomáticos, os compromissos de promoção de igualdade de gênero assumidos pelo Estado guineense requerem medidas corretivas também na burocracia diplomática.

Para finalizarmos, ficou evidente durante a entrevista duas precauções ou desejo das diplomatas de carreira e político: em primeiro lugar elas querem mais mulheres diplomatas dentro do Ministério de Negócios Estrangeiros, e em segundo lugar, as diplomatas também querem sair para missões em representação do país. As duas preocupações denunciam a discriminação e negação dos direitos das mulheres no país, mesmo que neste espaço tão específico que é o da diplomacia. Elas apontam também para a importância da representatividade como instrumento para corrigir as desigualdades de gênero e estimular mais

mulheres a participarem da vida pública. O caminho ainda é longo, mas o fato de estas mulheres se pronunciarem é um sinal de que mudanças ocorrerão nos anos por vir.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejam Todos Feministas*; trad. Christina Baum, editora companhia das letras-2015.
- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991
- APPIAH, Kwame Anthony. *The Lies That Bind: Rethinking Identity*. Londres: Profile Books, 2018.
- BALBINO, V. R. *Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- BALLESTRIM, L. Maria de Aragão. *Feminismo Subalternos*. Estudos feministas, Florianópolis. 25(3), setembro-dezembro/2017
- BIROLI, Flavia. *Teoria Feminista Da Política Empíria e Normatividade*. Lua Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão identidade*; tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200
- CASSIMIRO, Isabel. *Paz na Terra, Guerra em Casa*. 1989
- DALLARI, D. de Abreu: *O Que é Participação Política*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- FEGUEIREDO, Angela; GOMES, A.G. Patrícia. *Para Além Dos Feminismos: Uma Experiência Comparada Entre Guiné-Bissau e Brasil*. Florianópolis: Estudos feministas; 2016.
- FRASER, Nancy. “Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado”, Lua Nova, 2009, vol. 77, pp. 11-39.
- FRITSCHÉ, Ambassador Claudia. *OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FOR WOMEN IN DIPLOMACY*. 2002
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo* - São Paulo: Claridade, 2011.
- GODINHO GOMES, Patrícia. *As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau*. Odera: revisit do program de pós- graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016.
- HAWKESWORTH, Mary; DISCH, Lisa. “Introduction. Feminist Theory: Transforming the Known World”. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary (orgs.). *The Oxford Handbook of Feminist Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1-15.
- IFI, Amadiume. *RE- INVENTI N G AFRICA Matriarchy, religion and culture*. 1997
- Instituto Nacional de Estatística - 2013.

KYMLICKA, Will. Multicultural Citizenship. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Liga Guineense dos Direitos Humanos. Relatório Sobre a Situação dos Direitos humanos Guiné-Bissau. 2012

LIJPHART, Arend. Thinking about Democracy. New York: Routledge, 2008.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É Possível Reconstruir a Teoria Feminista a Partir do Sul Global? Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67- 92, jun. 2010

MELUCCI, Aberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Revista Lua Nova, nº 17. CEDEC, 1989.

MENDES, M. Macedo. Gênero e Relações Internacionais- a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. 2011

MONTE, Izadora Xavier do. Gênero e Relações Internacionais-Uma crítica ao Discurso Tradicional de Segurança-Brasília, 2010

MONTE, I. Xavier do. debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. Revista Estudos Feministas. 2013

OKIN, Moller Susan. Gênero, O Público e o Privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

OYĚWÚMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: _____. The invention of women: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997

OYÉWÚMÍ, Oyérónké. La Invencion De Las Mujeres. Uma Perspectiva Africana Sobre Os Discursos Ocidentais De Gênero. Cap. I —A Visualização do Corpo: Teorias Ocidentais E Sujeitos Africanos.”Colombia: Edit. en la frontera, 2017. PATEMAN, Carole. Críticas Feministas a Dicotomia Público/Privado. 1989

PEREIRA, A.M. Carmen. Os Meus Três Amores. o diário de carmen maria de aráujo pereira .uma visão de Odete costa Semedo. Bissau: Coleção Kebur II,série- Palavras de Mulheres Nº1;2013/2016

PINTO, C. R. Jardim. Feminismo, História e Poder. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

PHILLIPS, Anne. “De uma política de idéia a uma política de presença?”, Estudos Feministas, 2001, vol. 9, n. 1, p. 268-290.

RABAY, Gloria. Freire; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. Democracia, Direitos Humanos e Gênero. Org & Demo, Marília, v.12, n.1, p.81-94, jan./jun., 2011.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALAMI, Minna. Uma breve história do feminismo africano. Traduzido por Âurea Mouzinho 2017

SANCA, Ilda. A Inserção Das Mulheres No Mercado Do Trabalho Na Guiné-Bissau.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

TICKNER, J. Ann. “Feminist Perspectives on International Relations”. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (orgs.). Handbook of International Relations. Londres: SAGE, 2006, pp. 275-291.

RAHMAN-FIGUEROA, T. Celebrating the Rise of Women in Diplomacy. Diplomatic Courier, 2012. Disponível em: <<http://www.diplomaticcourier.com/2012/03/08/celebrating-the-rise-of-women-in-diplomacy/>>. Acesso em: 13 julho. 2019.

APÊNDICE

1. Em quais instituições educacionais você realizou sua formação, antes e depois do ingresso na carreira diplomática?
2. Você trabalhou em outros lugares antes do ingresso na carreira diplomática? Em caso afirmativo, onde?
3. Como e em que época de sua vida se deu sua decisão de seguir carreira diplomática?
4. Por favor, comente a respeito de pessoas que exerceram possíveis influências, ou que ofereceram incentivos ou desestimularam acerca dessa decisão.
5. Como se faz para ser admitida na carreira diplomática em Guiné-Bissau? Existe algum processo institucionalizado de admissão? Por favor, comente a respeito.
6. Percebe diferenças entre os gêneros no que diz respeito ao modo de admissão? Comente com exemplos, se possível.
7. Você nota diferença de quantidade de mulheres diplomatas entre o momento em que você foi admitida e o momento atual? Em que aspecto?
8. Em sua opinião existem características comuns as mulheres que conseguiram? Caso afirmativo, quais são? Este perfil difere do perfil do homem?
9. Comente sobre seus primeiros contatos com diplomatas do sexo feminino: suas impressões e impacto desses contatos sobre suas expectativas para a própria carreira, trajetória de vida antes da admissão na carreira diplomática
10. Até o momento, a senhora conheceu mais diplomatas do sexo masculino ou feminino?
11. A senhora conhece mais mulheres que pensam seguir a carreira diplomática? Se sim, qual o quadro socioeconômico delas?
12. Em números gerais, quantas mulheres conheces que foram ou que estão em exercícios neste momento?
13. Durante sua carreira, como foi sua experiência com colegas do sexo feminino? Existe diferença entre a convivência com colegas homens e com mulheres? Poderia comentar essas diferenças.
14. Durante sua carreira, a senhora esteve mais frequentemente subordinada a chefes homens ou mulheres? Tem alguma preferência? Por quê?
15. Como a senhora avalia sua trajetória em comparação à de outras colegas? Existe semelhança? E com relação aos colegas homens? Existe diferença? Em que aspecto?
16. Em sua opinião, por que continua havendo poucas as mulheres na carreira diplomática?
17. Você acredita que existem obstáculos na família e na sociedade para que as mulheres guineenses sigam a carreira diplomática? Em caso afirmativo, quais você julga mais importantes?

18. O que poderia ser feito para que mais mulheres se interessassem pela carreira?
19. Em sua opinião, como as diplomatas mulheres de Guiné-Bissau têm contribuído para diplomacia do país?
20. Você trabalhou em outros lugares antes do ingresso na carreira diplomática? Em caso afirmativo, onde?
21. Quais cargos você assumiu enquanto diplomata? Em quais países você já trabalhou como diplomata?
22. Em quais países geralmente trabalham as mulheres diplomatas de Guiné-Bissau?
23. Quais cargos as mulheres diplomatas costumam assumir?
24. Quantas mulheres diplomatas já assumiram posto de embaixadora?
25. Como o governo de Guiné-Bissau tem implementado as políticas de gênero dos diversos fóruns internacionais (ODS, ONU, Conferências Mundiais das mulheres etc)?